

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

(Processo Administrativo nº– 30056309/2026)

O **CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE ALAGOAS (“CRECI/AL”)**, torna público que realizará LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com fulcro no art. 6, XLI, da Lei nº 14.133/2021, com critério de julgamento o de menor preço DO GRUPO, com vistas à obtenção de propostas de pessoas interessadas na prestação do serviço, cujo objeto se encontra detalhado no Termo de Referência, em anexo. A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, no dia 14/05/2026 às 10h, podendo as propostas e os documentos serem enviados até às 14/05/2026, às , sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA	14/05/2026
HORÁRIO	10h
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO DO GRUPO
MODO DE DISPUTA	Aberto

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de agenciamento de viagens compreendendo a cotação, reserva, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, alteração, reembolso e entrega de passagens rodoviárias e aéreas nacionais e, eventualmente, internacionais, bem como emissão de seguro de assistência em viagem internacional e assentos especiais, além de fornecer ferramenta online de autoagendamento (self booking e self ticket) e serviços de atendimento telefônico e por e-mail, para atender as necessidades do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Alagoas – CRECI/AL.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 251.420,11(duzentos e cinquenta e um mil e quatrocentos e vinte reais e onze centavos).

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

(Processo Administrativo nº– 30056309/2026)

Torna-se público que o Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Alagoas (“CRECI/AL”), por meio do seu Presidente, REALIZARÁ Licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento de menor preço DO GRUPO, com fulcro no art. art. 6, XLI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, no dia 14/05/2026 às 10h, podendo as propostas e os documentos serem enviados até 14/05/2026, às 9h, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de agenciamento de viagens compreendendo a cotação, reserva, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, alteração, reembolso e entrega de passagens rodoviárias e aéreas nacionais e, eventualmente, internacionais, bem como emissão de seguro de assistência em viagem internacional e assentos especiais, além de fornecer ferramenta online de autoagendamento (self booking e self ticket) e serviços de atendimento telefônico e por e-mail, para atender as necessidades do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Alagoas – CRECI/AL, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e seus anexos/Apêndices.

1.2. A contratação ocorrerá por único GRUPO, formado por 7 itens, conforme tabela constante abaixo, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. 12 MESES ESTIMADA (a)	Valor Médio * (b)	Valor Total do Item (c) = (a) x (b)
1	Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens: Aquisição de passagens rodoviárias e aéreas nacionais, além de emissão, alteração e cancelamento	3719	SERVIÇO/UNIDADE	75	R\$ 0,01	R\$ 0,75
2	Contratação de Passagem Aérea Junto a Companhia Credenciada: Repasse de voos nacionais	25828	PASSAGEM/UNIDADE	67	R\$ 1.879,21	R\$ 125.907,07
3	Contratação de	25828	PASSAGEM/UNIDADE	8	R\$ 4.897,40	R\$ 39.179,20

	Passagem Aérea Junto a Companhia Credenciada: Repasse de voos internacionais					
4	Corretagem - Seguro: Repasse do seguro viagem	13943	SERVIÇO/UNIDADE	8	R\$ 423,41	R\$ 3.387,28
5	Contratação de Passagem Rodoviárias Interestaduais e Estaduais Junto a Companhia Credenciada: Repasse de passagens rodoviárias	25828	PASSAGEM/UNIDADE	16	R\$ 90,50	R\$ 1.454,40
6	Agenciamento: Assento Especial - Voos Internacionais	25828	UNIDADE	1	R\$ 33.592,58	R\$ 33.592,58
7	Agenciamento: Assento Especial - Voos nacionais	25828	UNIDADE	7	R\$ 6.842,69	R\$ 47.898,83
VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO						R\$ 251.420,11

1.3. Os itens 2 a 7 não são competitivos e não devem receber lance. O exato valor total estimado desses itens deve ser cadastrado na proposta, sob pena de desclassificação. Vide o exposto no Termo de Referência (Anexo I).

1.4. O critério de julgamento adotado será o de menor preço DO GRUPO, observadas as exigências contidas neste Edital de Pregão Eletrônico e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.5. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no CATSERV e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade

promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.6.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.6.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.10. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA GARANTIA DE PROPOSTA

3.1. Como requisito de pré-habilitação, será exigida, **no momento do cadastramento da proposta inicial no sistema**, a comprovação do recolhimento da quantia equivalente a 1% do valor estimado da contratação, a título de garantia de proposta.

3.2. A garantia de proposta deverá ser prestada nas modalidades previstas no § 1, do artigo 96, da Lei nº 14.133/2021.

3.3. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato administrativo ou instrumento equivalente correspondente ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

3.4. No caso de revogação ou anulação do processo licitatório, as importâncias oferecidas a título de garantia de participação serão liberadas no mesmo prazo, contado da notificação correspondente, caso não exista recurso administrativo, ou após o julgamento deste.

3.5. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

3.6. A não apresentação da garantia nos termos elencados ensejará a desclassificação da proposta.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.3.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.4.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.4.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.4.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.4.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.4.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.4.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.4.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.4.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.4.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.4.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.4.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 ou 4.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.10.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.10.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.11. O valor final mínimo possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Os valores dos itens 2 a 7 a serem informados na proposta serão os mesmos dispostos na tabela do item 1.1 do Termo de Referência, uma vez que eles não poderão receber lances.

5.1.3. Descrição do objeto.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.10.2. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.9.1. O Pregoeiro também poderá, na hipótese de detectar lance inconsistente ou presumidamente inexecutável, excluir lances. Neste caso, o licitante poderá repetir o lance novamente se assim o quiser ou poderá inserir novo lance corrigido.

6.9.1.1. Esta não é uma obrigação do Pregoeiro, sendo exclusivamente do licitante a responsabilidade pelas propostas cadastradas e/ou lances enviados.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Por se tratar de pregão eletrônico com modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances de que trata o subitem anterior será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 30 (trinta) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira

colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. Empresas brasileiras;

6.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, realizado automaticamente por meio do sistema, vedado qualquer outro processo.

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.21.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários.

6.21.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido por uma única vez, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União e consultados através da ferramenta Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, disponibilizada pelo TCU em (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício aplicado.

7.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.6.1. Contiver vícios insanáveis;
- 7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 7.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da proposta e da planilha não constituem motivo para a desclassificação. A proposta/planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

- 7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO



8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados, preferencialmente, de maneira digital e com chave para verificação de sua autenticidade. Também poderão ser apresentados documentos digitais sem chave de verificação, documentos digitalizados ou documentos físicos (quando cabível) originais, em cópia simples ou autenticada, a critério do pregoeiro.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. Caso o licitante tenha declarado o desenvolvimento de programa de integridade e/ou de equidade de gênero no trabalho, e usufruído dos critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, deverá apresentar, sob pena de desclassificação, documentos que comprovem a situação, nos termos do disposto no art. 4º, inciso II, do Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024 e nos arts. 5º a 7º da IN/SEGES 382 de 17 de setembro de 2025.



8.9. O licitante que declarar falsamente a existência dos referidos programas estará sujeito às penalidades previstas na legislação, incluindo advertência, multa, impedimento de licitar e declaração de inidoneidade.

8.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados ou atualizados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 2 (duas) horas, prorrogável uma única vez por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos em sede de diligência, para:

8.15.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público no respectivo processo administrativo os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o CRECI/AL para assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

9.3.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.4. Será aceita assinatura digital conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

9.5. Em caso de Termo de Contrato impresso/físico, este deverá ser assinado em 2 (duas) vias, sendo uma delas com reconhecimento em cartório da firma do responsável pela assinatura; e entregues na Sede do CRECI/AL ou enviadas por meios que se possa confirmar o recebimento, A/C Setor de Comissão Permanente de Licitações - CPL. Para assinatura na presença de funcionário habilitado do CRECI/AL, não há necessidade do reconhecimento da firma.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão.

10.2.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado no primeiro dia útil após a lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.5. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após a lavratura da ata.

10.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados do primeiro dia útil após a divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, bastando prévia solicitação através do e-mail clcc@creci-al.gov.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.5. Fraudar a licitação;

11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais empregados públicos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO



12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail clcc@creci-al.gov.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as informações contidas neste Edital.



13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico clcc@creci-al.gov.br.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 13.11.1. Anexo I - Termo de Referência;
- 13.11.2. Anexo II – Acordo de Níveis de Serviço;
- 13.11.3. Anexo III – Instrumento de Medição de Resultados;
- 13.11.4. Anexo IV – Declaração de Ciência e Compromisso para apresentação de Faturas;
- 13.11.5. Anexo V - Modelo de Proposta;
- 13.11.6. Anexo VI – Minuta do Termo de Contrato.

Maceió – AL, 28/04/2026

Sergio Cabral do Nascimento
Presidente do CRECI/AL

TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Eletrônico nº 01/2026 - Processo Administrativo nº 30056309/2026

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de agenciamento de viagens compreendendo a cotação, reserva, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, alteração, reembolso e entrega de passagens rodoviárias e aéreas nacionais e, eventualmente, internacionais, bem como emissão de seguro de assistência em viagem internacional e assentos especiais, além de fornecer ferramenta *online* de autoagendamento (*self booking e self ticket*) e serviços de atendimento telefônico e por e-mail, para atender as necessidades do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Alagoas – CRECI/AL, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências, estabelecidas neste instrumento.

IT E M	ESPECIFICAÇÃO	CATSE R	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. 12 MESES ESTIMA DA (a)	Valor Médio * (b)	Valor Total do Item (c) = (a) x (b)
1	Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens: Aquisição de passagens rodoviárias e aéreas nacionais, além de emissão, alteração e cancelamento	3719	SERVIÇO/UNIDADE	75	R\$ 0,01	R\$ 0,75
2	Contratação de Passagem Aérea Junto a Companhia Credenciada: Repasse de voos nacionais	25828	PASSAGEM/UNIDADE	67	R\$ 1.879,21	R\$ 125.907,07
3	Contratação de Passagem Aérea Junto a Companhia Credenciada: Repasse de voos internacionais	25828	PASSAGEM/UNIDADE	8	R\$ 4.897,40	R\$ 39.179,20
4	Corretagem - Seguro: Repasse do seguro viagem	13943	SERVIÇO/UNIDADE	8	R\$ 423,41	R\$ 3.387,28
5	Contratação de Passagem Rodoviárias Interestaduais e Estaduais Junto a Companhia Credenciada: Repasse de passagens rodoviárias	25828	PASSAGEM/UNIDADE	16	R\$ 90,50	R\$ 1.454,40
6	Agenciamento: Assento Especial - Voos Internacionais	25828	UNIDADE	1	R\$ 33.592,58	R\$ 33.592,58
7	Agenciamento: Assento Especial - Voos nacionais	25828	UNIDADE	7	R\$ 6.842,69	R\$ 47.898,83
VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO						R\$ 251.420,11

- 1.1.1.** (*) O item 1 refere-se à remuneração para prestação de agenciamentos de viagens, contemplando os serviços de aquisição de passagens rodoviárias estaduais e interestaduais e voos nacionais, com emissão, alteração e cancelamento de bilhetes. O critério de aceitação das propostas será o menor valor ofertado pela prestação do serviço de agenciamento de viagens por meio da Remuneração do Agente de Viagens (RAV), a qual será fixa, independente do valor da passagem emitida / remarcada.
- 1.1.2.** (*) Já os itens 2 a 7, referem-se do valor médio da passagem (rodoviária e aérea), incluída a taxa de embarque, conforme previsto no inciso II, do art. 2º, da IN nº 3 de 11/02/2015, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para aquisição de passagens aéreas pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional que define que o bilhete de passagem compreende a tarifa e a taxa de embarque, além do valor estimado para assentos especiais, seguro-viagem, etc. Logo, por se tratar de valores de repasses, estes não deverão ser objeto de formulação de preços e lances pelos licitantes, devendo ser informado no campo do sistema Compras Governamentais a exata quantidade e valor estabelecidos neste Instrumento ou, caso melhor detalhamento/estudo, no Termo de Referência/Edital.
- 1.1.2.1.** A apresentação de proposta em desacordo com o disposto neste item, especialmente mediante a formulação de preços ou lances sobre valores de repasse, implicará a desclassificação da proposta.
- 1.1.3.** Acerca do valor médio estimado para o item 1, esclarece que considerando consulta realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), de pregões eletrônicos que tem como objeto a contratação de agenciamento de viagens, verificamos que as agências de viagens adotam a política de não cobrança de taxas para prestação de serviços de agenciamento para aquisição de passagens. Potencialmente, as agências venham a ‘lucrar’ sobre a diferença entre o valor de tarifas de bilhetes comprados das companhias às agências de viagens, tal como um valor ‘de atacado’ e revendidos aos clientes finais ‘a preço de varejo’ ou, tal qual como no mercado de administração de benefícios, as agências, tais quais as administradoras cobrem ágio por sobre a intermediação das vendas.
- 1.1.4.** Assim sendo, foram considerados valores de R\$ 0,01 para o item 1 tendo em vista ao sistema Compras.gov.br não permitir cadastramento de itens sem valores.
- 1.1.5.** Sobre o valor médio para o item 7 (Agenciamento: Assento Especial – Voos Nacionais) e 6 (Agenciamento: Assento Especial – Voos Internacionais), foi realizada pesquisa nos sítios de pesquisa disponibilizado na rede mundial de computadores em que se verificou uma oferta de assentos com preços variáveis. Mesmo ao consultar as principais companhias aéreas que fornecem o serviço não há clareza quanto ao preço praticado. Devido a essa variação de valores que são cobrados atualmente, optou-se, para fins de mensuração do valor global, por considerar o maior valor unitário encontrado equivalente a R\$ 6.842,69 para voos nacionais e R\$ 33.592,58 para voos internacionais.
- 1.1.6.** Sobre o valor para o item Contratação de Passagem Aérea Junto a Companhia Credenciada: Repasse de voos internacionais (item 3) e Corretagem - Seguro: Repasse do seguro-viagem (item 4), considerando a ausência desse tipo de

gasto/repasse na realidade desta Autarquia, foi usado como estimativa de preços os utilizados por outros entes públicos para objetos similares, por exemplo, os constantes no Pregão eletrônico nº 90004/2026 do COREN/SP.

1.1.7. Todo o serviço deverá ser **sob demanda**. A quantidade descrita neste Instrumento trata-se de estimativa baseada na experiência/histórico desse tipo de serviço.

1.1.8. Assim, por ser um serviço executado conforme demanda bem como o pagamento será de acordo com a real necessidade/uso, o CRECI/AL não fica obrigado a contratar os serviços na totalidade do valor e quantidade estimados.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de **Agenciamento de Viagens**.

1.3. O código CATSER correspondente ao objeto deste instrumento é o de número 3719 - Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens.

1.3.1. Os códigos e descrições do "CATMAT/CATSER" constantes do Compras.gov.br podem eventualmente divergir da descrição dos itens a serem contratados quanto a especificações e outras características. Neste caso, havendo divergência quanto ao código/descrição do CATMAT/CATSER prevalecerão as especificações detalhadas neste Termo de Referência.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Unitário**.

1.5. O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes, desde que respeitada a vigência máxima decenal, observadas as disposições dispostas no artigo 107 da lei 14.133/2021.

1.6. A contratação que se pretende não se aplica a adjudicação por item, mas pelo critério do menor preço global do grupo único. Assim, ao considerar que o objeto possui pequenas quantidades de alguns itens, fato que possivelmente tornaria a licitação desinteressante para o mercado, a adjudicação por menor preço global aumentará a competitividade e proporcionará economia de escala, sem que haja dano aos princípios constitucionais que norteiam o procedimento e nem às demais legislações aplicáveis.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a cotação, reserva, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, alteração, reembolso e entrega de passagens rodoviárias e aéreas nacionais e, eventualmente, internacionais, bem como emissão de seguro de assistência em viagem internacional e assentos especiais, além de fornecer ferramenta *online* de autoagendamento (*self booking e self ticket*) e serviços de atendimento telefônico e por e-mail, para atender as necessidades do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Alagoas – CRECI/AL.

2.2. A justificativa da contratação decorre da necessidade de assegurar suporte adequado, contínuo e eficiente aos deslocamentos realizados em razão de atividades administrativas, institucionais e fiscalizatórias do CRECI/AL, tais como participação em reuniões, eventos, capacitações, diligências e demais ações necessárias ao regular desempenho de suas competências

legais e regimentais.

2.3. A contratação de empresa especializada visa otimizar a gestão das demandas de viagens, conferindo maior celeridade, padronização, controle e economicidade aos procedimentos relacionados à aquisição e ao gerenciamento de passagens. A solução pretendida possibilita acesso a atendimento técnico especializado, maior eficiência operacional na emissão e alteração de bilhetes, acompanhamento das solicitações e melhor gestão dos custos envolvidos, inclusive em situações supervenientes que exijam remarcações, cancelamentos ou reembolsos.

2.4. O fornecimento de ferramenta eletrônica de autoagendamento (*self booking* e *self ticket*), aliado ao atendimento por telefone e por e-mail, busca ampliar a autonomia administrativa do CRECI/AL na gestão das viagens institucionais, sem prejuízo do suporte especializado da contratada. Tal modelo contribui para a modernização dos procedimentos internos, para a racionalização do fluxo de trabalho e para o aprimoramento do planejamento e da execução das despesas com deslocamentos.

2.5. A contratação também tem por objetivo assegurar que a prestação dos serviços ocorra em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência e interesse público, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021. Busca-se, assim, uma solução apta a atender de forma satisfatória e segura às necessidades do CRECI/AL, promovendo maior eficiência administrativa e melhor suporte à execução de suas atividades institucionais.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A presente contratação trata-se de prestação de serviços de empresa especializada de agenciamento de viagens, conforme disposto no item 1.1. acima.

3.2. A presente contratação se justifica em razão da necessidade das atividades desenvolvidas pelo CRECI/AL, a qual demanda viagens para outras localidades dentro do território brasileiro e, eventualmente, fora deste, conforme disposto acima.

3.3. Os serviços objeto desse Termo de Referência estão sujeitos as disciplinas legais e alterações que trata o objeto da presente contratação.

3.4. Para a qualificação técnica o licitante deverá comprovar aptidão para a prestação de serviços em características, complexidade tecnológica e operacional, quantidades e prazos equivalentes ou superiores com o objeto, conforme disposto no item 22.3.4., devendo o(s) conteúdo(s) do(s) atestado(s) de capacidade técnica ser suficiente para garantir ao CRECI/AL que a empresa terá aptidão para executar o objeto referido.

3.4.1. Devendo ainda a contratada ser responsável por todos os itens que contemplem a prestação de serviços, devendo inclusive manter de maneira contínua e sem interrupções a central de atendimentos, por mensagem, *e-mail* e/ou telefone com funcionamento 24h por dia e 7 dias na semana, inclusive domingos e feriados, devendo ainda considerar o descrito no item 8.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado, a ser contratado mediante licitação, na

modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. Considerando que o objeto não é divisível e que o valor estimado encontra-se acima de R\$ 80.000,00, a presente contratação não se enquadra nas hipóteses de exclusividade e reserva de cota da Lei Complementar 123/2006, devendo ser aplicado ao objeto a ampla concorrência, sem prejuízo ao tratamento diferenciado às MEI/ME/EPP de que trata a lei citada.

4.5. É permitida a participação de empresas em consórcio.

4.6. É vedada a participação de cooperativas na presente contratação.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos da contratação são os seguintes:

5.1.1.1. A Contratada deverá fornecer bilhetes de passagens rodoviárias interestaduais e estaduais e passagens aéreas domésticas e eventualmente internacionais para quaisquer destinos, servidos por linhas regulares de transportes rodoviários e aéreos atendendo as condições e níveis de serviços estabelecidos pelo CRECI/AL, sempre que requisitados por empregado competente, que atenda aos trechos e horários solicitados dentre aqueles ofertados pelas companhias de transporte;

5.1.1.2. O serviço de agenciamento de viagens compreende a cotação, reserva, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, alteração, reembolso e entrega de passagens rodoviárias estaduais, interestaduais e passagens aéreas nacionais, e, eventualmente, internacionais, bem como emissão de seguro de assistência em viagem internacional, assentos especiais, além do fornecimento de ferramenta online de autoagendamento (*self booking e self ticket*) e serviços de atendimento telefônico e por e-mail;

5.1.1.3. A ferramenta online, que deverá ter o acesso disponibilizado pela Contratada, deverá permitir aos usuários autorizados do CRECI/AL (no mínimo três), por meio de acesso com login e senha, realizar as seguintes operações: execução de reservas automatizadas e emissão de seus comprovantes (*self-booking*); emissão de bilhetes automatizados (*self-ticket*); consulta e informação de melhores rotas ou percursos; consulta e frequência de voos e percursos terrestres e equipamentos; consulta às menores tarifas disponíveis; impressão de consultas formuladas; alteração/remarcação de bilhetes e acesso às funcionalidades de emissão de relatórios;

5.1.1.4. A Contratada, quando solicitada, deverá proceder à emissão de bilhetes por meio de requisição de passagens emitida pela Contratante através da ferramenta *online* disponibilizada, por e-mail ou através de atendimento telefônico;

5.1.1.4.1. Para recepcionar as solicitações por e-mail ou telefone, a Contratada deverá manter endereço eletrônico para troca de mensagens e sistema telefônico, cujo número deverá ser fornecido ao CRECI/AL no momento da assinatura do Contrato.

5.1.1.5. Os preços das passagens aéreas, a serem cobrados pela Contratada, deverão estar de acordo com as tabelas praticadas pelas companhias rodoviárias e aéreas, inclusive em casos de tarifas promocionais, nas formas estabelecidas pelos órgãos governamentais reguladores

5.1.2. Natureza Continuada do Serviço

5.1.2.1. Os serviços de agenciamentos de viagem em questão classificam-se como continuados, devendo ser estendidos além de um exercício financeiro, tendo em vista que a sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades finalísticas do CRECI/AL.

5.1.2.2. Em relação à natureza de prestação do serviço, o conceito de serviço continuado, cf. art. 15º da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, acoberta àqueles que *“pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional”*.

5.1.2.3. Assim sendo, tendo em vista a abrangência da jurisdição do CRECI/AL, em todo o Estado de Alagoas ou em relação à participação dos seus agentes, sejam conselheiros, empregados públicos, colaboradores e outras pessoas designadas dentro das atividades desenvolvidas no sistema de Conselhos Regionais / Conselho Federal de Corretores de Imóveis, com sede em Brasília/DF (Sistema COFECI/CRECIs) e com atividades eventualmente desenvolvidas em outros Estados da Federação (a exemplo de seminários, congressos etc.) e/ou fora do Brasil, torna-se necessário à Administração promover meios para o deslocamento físico de pessoas, quando necessário, a fim de afastar quaisquer prejuízos relacionados à boa continuidade das atividades finalísticas e institucionais do órgão.

5.1.2.4. Portanto, entende-se como essencial e contínua a necessidade de manutenção de contrato administrativo com operadora ou agência de turismo tendo em vista o caráter permanente e rotineiro da demanda, especialmente relacionado à compra de passagens rodoviárias estaduais/interestaduais e passagens aéreas nacionais, propiciando pronto atendimento das demandas relacionadas ao deslocamento de agentes do CRECI/AL entre a Sede e o Conselho Federal de Corretores de Imóveis em Brasília, por exemplo, ou para promoção das atividades institucionais desenvolvidas no âmbito da Autarquia, no Estado de Alagoas ou em outras Unidades da Federação.

5.1.2.5. Finalmente, em relação às passagens internacionais, ainda que se trate de demanda de menor dimensão em relação às viagens aéreas domésticas, trata-se de garantir o pronto atendimento de necessidades de deslocamento dos agentes do CRECI/AL na hipótese de participação em eventos ou congressos internacionais representativos para a classe de Corretores de Imóveis.

5.1.3. A duração inicial do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes, desde que respeitada a vigência máxima decenal, observadas as disposições dispostas nos artigos 106 e 107 da lei 14.133/2021.

5.1.4. Não será necessário à Contratada promover **transição contratual do objeto com transferência de conhecimentos, tecnologias ou técnicas aplicadas**. Os serviços em questão são prestados por diversos fornecedores no mercado, atendendo a um marco regulatório específico, relacionado às atividades das agências de viagem/turismo.

5.1.5. Em relação às **Soluções de Mercado**:

5.1.5.1. O CRECI/AL, entidade pertencente à Administração Indireta, não possui grau de integração com os sistemas estruturantes SIAPE, SIAFI e SIORG, para que seja possível a utilização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), de utilização obrigatória pela Administração Direta e que permite a aquisição de passagens aéreas diretamente com as companhias aéreas.

5.1.5.2. Assim sendo, na ausência de outras alternativas no mercado, o CRECI/AL manterá o modelo da contratação atual, replicada em demais certames para o mesmo objeto pesquisados no Painel de Preços, correspondendo ao pagamento de serviço de agenciamento por tipo de bilhete de passagem a ser adquirido por intermédio das agências de viagens.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1.1. Tendo em vista que os serviços de agenciamento de viagens serão prestados quase que exclusivamente por meio de sistemas eletrônicos, com documentos produzidos em suportes digitais, a equipe de Planejamento da Contratação não localizou critérios de sustentabilidade específicos para o objeto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis ou outras referências normativas consultadas, a exemplo da IN SEGES/MP nº 01/2010.

6.1.2. Contudo, desde já, estabelece que a contratação deve incorporar o princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto na Lei 14.133/2021, adotando medidas que reduzam impactos ambientais e promovam eficiência no uso de recursos, sem comprometer a economicidade e a continuidade dos serviços. Em alinhamento às diretrizes do Manual de Licitações e Contratos do TCU e às boas práticas de contratações sustentáveis, o serviço será estruturado em modelo *digital-first*, com priorização de documentos eletrônicos, fluxos de aprovação no OBTE e vedação a impressões desnecessárias.

6.1.3. No planejamento de viagens, a plataforma deverá sinalizar alternativas de menor impacto quando equivalentes em preço e duração (por exemplo, voos diretos em vez de conexões múltiplas; escolha de tarifas que evitem remarcações e no-show). Sempre que possível, estimular-se-á antecedência de compra para reduzir emissões associadas a remarcações e reacomodações, além de custos.

6.1.4. Por fim, a Contratada deverá zelar pela integridade e acessibilidade do atendimento (serviços remotos que evitem deslocamentos desnecessários; treinamentos virtuais; canais eletrônicos inclusivos), reforçando que sustentabilidade, neste objeto, resulta principalmente de boa governança de viagens: planejamento, redução de remarcações/cancelamentos, escolha de rotas e políticas que minimizem desperdícios, com transparência e rastreabilidade dos resultados.

6.1.5. À futura Contratada, finalmente, não será exigido o envio de documentação física, podendo toda a documentação relacionada à execução/faturamento do objeto ser tramitada eletronicamente, por meio do envio de e-mails ou franqueando o acesso à Fiscalização dos documentos necessários em ferramenta *online*.

7. DA VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Não se aplica para o objeto licitatório.

8. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

8.1.1. A execução do objeto deve ter início imediatamente após a assinatura do contrato.

8.1.2. A contratada deverá apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, declarações emitidas pelas companhias aéreas nacionais GOL, LATAM, AZUL e PASSAREDO, comprovando que a contratada, ou a empresa consolidadora, é possuidora de crédito perante as referidas empresas, está autorizada a emitir passagens aéreas dessas companhias durante a vigência do contrato e encontra-se em situação regular perante as mesmas, visando comprovar a capacidade de emissão de passagens nas principais companhias aéreas.

8.1.2.1. Serão aceitas declarações emitidas em nome de agências consolidadoras, desde que comprovado o vínculo para emissões de passagens entre a agência consolidada e a respectiva consolidadora.

8.1.3. A contratada deverá apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, certificado de filiação na Internacional Air Transport Association (IATA), em seu nome ou da empresa consolidadora, ou declarações similares às do item anterior, firmadas por, pelo menos, quatro companhias aéreas de bandeira estrangeira, ou seus representantes no Brasil, filiadas à IATA.

8.1.3.1. A presente exigência é essencial para o cumprimento do objeto, uma vez que a empresa precisa possuir crédito e estar em situação regular junto às companhias aéreas para que possa realizar a emissão de bilhetes. A filiação à IATA demonstra essa situação.

8.1.3.2. Na hipótese de a Contratada não dispor do registro perante a IATA, poderá apresentar declaração expedida pelas empresas internacionais de transporte aéreo regular, listadas na página da internet da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, obtida no site www.anac.gov.br, traduzidas por tradutor juramentado, se for o caso, comprovando que a Contratada é possuidora de crédito direto e está autorizado a emitir bilhetes de passagens aéreas internacionais durante a vigência do contrato.

8.1.3.3. Essa exigência não restringe a competitividade, visto que a empresa não precisa dispor do referido certificado ou declarações no momento do certame. Após ser declarada vencedora da licitação, a empresa pode solicitar o certificado de filiação ou as declarações exigidas. Ainda, a exigência de apresentação de certificado de filiação IATA ou declarações similares firmadas por companhias aéreas estrangeiras é comum, estando presente em diversos Editais da Administração Pública Federal.

8.1.4. A contratada deverá apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, as políticas atualizadas de no-show, remarcação e reembolso de todas as empresas aéreas e rodoviárias que atuam regularmente nos mercados regional e nacional, informando todas as alterações posteriores.

8.2. DAS CONDIÇÕES GERAIS

8.2.1. Para o perfeito cumprimento do objeto, a Contratada deverá dispor de Central de Atendimento para execução dos serviços solicitados, devendo ser as requisições realizadas somente por empregados formalmente designados e por meio de documento, e-mail ou telefone.

8.2.2. A CONTRATADA deverá fornecer, na data do início da prestação do serviço, acesso ao sistema “online” de administração e controle de viagens, do tipo *self booking* (TMS, *eBusiness Travel*, *Reserve* ou similar) disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todos os dias da semana, inclusive domingos e feriados, para que a Contratante possa, a seu critério, efetuar a pesquisa e a reserva e/ou o acompanhamento das pesquisas/reservas efetuadas pela Contratada.

8.2.3. O atendimento pela Contratada se dará conforme solicitação de serviços, por meio de acesso a ferramenta *online* ou por meio de solicitação encaminhada por e-mail ou via atendimento telefônico.

8.2.4. O CRECI/AL deverá efetuar a análise, escolha das opções e autorização para aquisição levando em consideração as normas vigentes que orientam a concessão de diárias e passagens no âmbito da Autarquia, no que couber, orientando a Contratada sobre seus termos e sobre eventuais alterações.

8.3. CENTRAL DE ATENDIMENTO

8.3.1. A Contratada deverá manter, em caráter permanente e de forma ininterrupta Central de Atendimento, com acionamento por e-mail ou telefone, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, inclusive feriados.

8.3.2. Para a recepção das solicitações registradas por e-mail ou telefone, a Contratada deverá manter endereço eletrônico para troca de mensagens e sistema telefônico, podendo ser telefone fixo e/ou celular ou central de telefonia (*call center*), cujo(s) número(s) deverá(ão) ser(em) fornecido(s) à Contratante, no momento da assinatura do Contrato.

8.3.3. A CONTRATADA deverá realizar procedimento de identificação dos empregados do CRECI/AL autorizados a utilizar este serviço, mediante confirmação de alguns de seus dados pessoais ou outros que julgar necessários.

8.3.4. A Contratante deverá, em até 03 (três) dias úteis após a assinatura do contrato, disponibilizar à Contratada relação contendo as seguintes informações dos empregados do CRECI/AL autorizados a solicitar serviços por e-mail ou telefone:

- a) Nome;
- b) E-mail a partir do qual serão originadas as solicitações;
- c) Matrícula ou equivalente;
- d) Cargo/função;
- e) Data de nascimento;
- f) Número do CPF.

8.3.5. O envio da relação citada no subitem é indispensável para o início da prestação dos serviços por parte da CONTRATADA, para as demandas solicitadas por e-mail ou telefone.

8.3.6. A solicitação de serviço por e-mail ou telefone pressupõe a impossibilidade de formalização da demanda via *ferramenta online*, meio preferencial para tramitação de todas as demandas relacionadas aos serviços contratados.

8.3.7. Os bilhetes de passagens aéreas e rodoviários emitidos na forma acima deverão ser regularizados pela Contratada por meio da criação do registro da operação em questão na *ferramenta online*, no primeiro dia útil subsequente à data da solicitação, vinculando os dados do bilhete de passagem emitido, inclusive a cotação realizada pela Contratada que justificou a escolha do voo/passagem terrestre.

8.3.8. As solicitações encaminhadas à Contratada, por e-mail ou telefone, deverão conter as mesmas informações previstas nos subitens 8.6.1.3., 8.7.1.3 ou 8.8.1.3. abaixo e outras necessárias para o atendimento da demanda.

8.4. FERRAMENTA *ONLINE* DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DE VIAGENS

8.4.1. A ferramenta *online* deve oferecer tela única de consulta simultânea a todos os voos das principais companhias aéreas nacionais/internacionais e de viação rodoviárias, constando, no mínimo, as seguintes informações: trechos; voos/passagem; datas; horários; classes de bilhetes; preços de bilhetes com e sem inclusão de bagagem, opção para voos diretos, com escala e conexão.

8.4.2. O resultado da pesquisa informada pela ferramenta deverá ser informado em ordem crescente de preços das passagens.

8.4.3. A ferramenta deverá enviar tanto a disponibilidade do voo/passagem terrestre quanto o bilhete emitido em arquivo “.PDF” para a solicitante e para o passageiro, através de e-mail cadastrado no site da CONTRATADA.

8.4.4. A ferramenta *online* deverá propiciar o acesso às informações de bilhetes emitidos, cancelamentos, alterações etc. para fins de consulte e produção de relatórios pela Fiscalização.

8.5. DO CONTROLE DAS PASSAGENS AÉREAS

8.5.1. Para assegurar o perfeito cumprimento do objeto, a CONTRATADA deverá criar um código exclusivo de agência ou consolidadora denominado "Agência [EMPRESA] PE CRECI AL" junto a cada companhia aérea, sendo todas as passagens emitidas exclusivamente por meio deste código. O número de controle gerado por cada companhia deverá ser informado à fiscalização e à gestão do contrato do CRECI/AL para fins de monitoramento.

8.5.2. A CONTRATADA garantirá o fornecimento de senha de acesso ao código de agência/consolidadora, permitindo ao CRECI/AL a verificação direta dos preços das passagens aéreas nos sites das companhias aéreas, garantindo transparência e controle sobre os valores praticados no momento da emissão.

8.5.3. A CONTRATADA deverá fornecer ao CRECI/AL canais de comunicação diretos com as companhias aéreas para verificação dos preços, especialmente em casos de reacomodação, permitindo ao CONTRATANTE consultar e negociar diretamente as tarifas de passagens quando necessário.

8.5.4. O CRECI/AL será responsável pela análise das opções apresentadas pela CONTRATADA, pela escolha das passagens e pela autorização para aquisição, respeitando as normas internas que orientam a concessão de passagens e diárias, e deverá informar à CONTRATADA sobre qualquer alteração nesses termos

8.6. EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS – VOOS DOMÉSTICOS

8.6.1. Este serviço compreende:

8.6.1.1. Assessoria: entende-se por assessoria para emissão de bilhetes de passagem, serviço prestado pela Contratada, visando ao auxílio na análise e escolha de melhores opções de voos, quando:

a) não houver opções de voos com razoável tempo de duração ou voos diretos, devendo a Contratada apresentar opções para que seja analisada aquela que apresente a melhor relação custo x benefício para o CRECI/AL;

b) em virtude de ocorrência de evento, seminário, encontro ou situação semelhante, em que o número de passageiros permita a negociação de melhores tarifas, visando economicidade ao CRECI/AL.

8.6.1.2. Cotação: A Contratada deverá, mediante informação da Contratante, sobre a data e destino da viagem, apresentar, no prazo de até 2 (duas) horas contadas da solicitação, as opções de transportes aéreos disponíveis no mercado. A cotação para emissão de bilhete de passagem, realizada pela Contratada, deverá refletir com exatidão as informações atualizadas de todos os voos disponíveis nas datas solicitadas, consideradas, inclusive, as promoções tarifárias vigentes.

8.6.1.3. O pedido de cotação enviado à Contratada via e-mail ou telefone deverá conter, no mínimo:

- a) Nome do empregado público responsável pela demanda, com e-mail e telefone;
- b) Tipo de viagem: nacional;
- c) Data prevista da partida;
- d) Data prevista do retorno;
- e) Cidade de origem;
- f) Cidade de destino;
- g) Nome completo do passageiro;
- h) Data de nascimento do passageiro;
- i) CPF do passageiro;
- j) Telefone para contato do passageiro;
- k) Endereço eletrônico do passageiro;
- l) Características do passageiro (caso haja necessidade de serviços especiais ou de definição de assento);
- m) Horários previstos de início e término do trabalho, evento ou missão no destino.

8.6.1.4. Devem ser observadas, sempre que possível, as opções de ida e volta pela mesma companhia aérea, visto que esta condição pode oferecer menores valores de tarifas.

8.6.1.5. O pedido e resultado da cotação deverão ser encaminhados à Contratante via e-mail ou por telefone, discriminando trecho e contendo, além dos dados da solicitação de cotação, as seguintes informações:

- a) Companhia aérea;
- b) Cidade/UF de origem / Cidade/UF de destino;
- c) Duração do voo;
- d) Quantidade e duração das escalas/conexões dos voos, se o caso, com respectivas cidades, horários de chegada/de partida, tempo de duração das escalas/conexões e aeroportos;
- e) Datas e horários do voo e aeroportos utilizados;
- f) Valor das tarifas de passagens e

g) Valores das taxas de embarque.

8.6.1.6. Reserva: a reserva para emissão de bilhete de passagem deverá ser realizada pela Contratada, discriminada por trecho, com base nas informações de cotação contidas na etapa anterior.

8.6.1.6.1. A Contratada apresentará pela ferramenta *online*, e-mail ou telefone, a reserva contendo o localizador, a data e hora de validade da reserva e demais dados contidos na cotação para o responsável do CRECI/AL, visando à necessária aprovação.

8.6.1.7. Emissão: será realizada pela CONTRATADA, com base nas informações de reserva contidas na etapa anterior em até 3 (três) horas após aprovação da Contratante, salvo em casos excepcionais e justificados, em que a emissão do bilhete de passagem deverá imediatamente após a aprovação da cotação pela Contratante.

8.6.1.7.1. Somente será autorizada a emissão do bilhete de passagem caso a reserva esteja ativa. Havendo cancelamento em virtude da expiração do prazo da reserva e caso não seja possível reativá-la nos mesmos valores, o procedimento visando à emissão deve ser reiniciado.

8.6.1.7.2. A informação do bilhete de passagem emitido será disponibilizada e enviada pela Contratada ao CRECI/AL, por meio da ferramenta online, e-mail ou outra forma de comunicação previamente acordada, para conferência e envio para o passageiro.

8.7. EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS – VOOS INTERNACIONAIS

8.7.1. Este serviço compreende:

8.7.1.1. Assessoria: entende-se por assessoria para emissão de bilhetes de passagem, serviço prestado pela Contratada, visando ao auxílio na análise e escolha de melhores opções de voos, devendo ser prestada em todas as viagens que contenham trechos internacionais.

8.7.1.2. Cotação: a cotação para emissão de bilhete de passagem realizada pela Contratada deverá refletir com exatidão as informações atualizadas de todos os voos disponíveis nas datas solicitadas, consideradas, inclusive, as promoções tarifárias vigentes.

8.7.1.3. O pedido de cotação enviado à Contratada via e-mail ou telefone deverá conter, no mínimo:

- a) Nome do empregado público responsável pela demanda, com e-mail e telefone;
- b) Tipo de viagem: internacional;
- c) Data prevista da partida;
- d) Data prevista do retorno;
- e) Cidade de origem;

- f) Cidade de destino;
- g) Nome completo do passageiro;
- h) Data de nascimento do passageiro;
- i) Número e validade do passaporte, no caso de viagem internacional;
- j) Dados do visto, no caso de viagem internacional para países que o exijam;
- k) CPF do passageiro;
- l) Telefone para contato do passageiro;
- m) Endereço eletrônico do passageiro;
- n) Características do passageiro (caso haja necessidade de serviços especiais ou de definição de assento);
- o) Classe de voo: econômica;
- p) Horários previstos de início e término do trabalho, evento ou missão no destino.

8.7.1.4. Devem ser observadas, sempre que possível, as opções de ida e volta pela mesma companhia aérea, visto que esta condição, em regra, oferece bilhetes com menor custo;

8.7.1.5. O pedido e resultado da cotação deverão ser encaminhados à Contratante via e-mail ou por telefone, discriminando trecho e contendo, além dos dados da solicitação de cotação, as seguintes informações:

- a) Companhia aérea;
- b) País/Cidade de origem / País/Cidade de destino;
- c) Duração dos voos;
- d) Quantidade e duração das escalas/conexões dos voos, se o caso, com respectivas cidades, horários de chegada/de partida, tempo de duração das escalas/conexões e aeroportos;
- e) Datas e horários do voo e aeroportos utilizados;
- f) Valor das tarifas de passagens e
- g) Valores das taxas de embarque.

8.7.1.6. Reserva: a reserva para emissão de bilhete de passagem deverá ser realizada pela Contratada, discriminada por trecho, com base nas informações de cotação contidas na etapa anterior.

8.7.1.7. A Contratada apresentará pela ferramenta online, e-mail ou telefone, a reserva contendo o localizador, a data e hora de validade da reserva e demais dados contidos na cotação para o responsável do CRECI/AL, visando à necessária aprovação.

8.7.1.8. Emissão: será realizada pela Contratada, com base nas informações de reserva contidas na etapa anterior em até 12 (doze) horas após aprovação da

Contratante, salvo em casos excepcionais e justificados, em que a emissão do bilhete de passagem deverá imediatamente após a aprovação da cotação pela Contratante.

8.7.1.8.1. Somente será autorizada a emissão do bilhete de passagem caso a reserva esteja ativa. Havendo cancelamento em virtude da expiração do prazo da reserva e caso não seja possível reativá-la nos mesmos valores, o procedimento visando à emissão deve ser reiniciado.

8.7.1.8.2. A informação do bilhete de passagem emitido será disponibilizada e enviada pela Contratada ao CRECI/AL, por meio da ferramenta *online*, e-mail ou outra forma de comunicação previamente acordada, para conferência e envio para o passageiro.

8.8. EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS – TRANSPORTE RODOVIÁRIO ESTADUAL E INTERESTADUAL

8.8.1. Este serviço compreende:

8.8.1.1. Assessoria: entende-se por assessoria para emissão de bilhetes de passagem rodoviária o serviço prestado pela Contratada, visando ao auxílio na análise e escolha das melhores opções de deslocamento terrestre, quando:

a) não houver opções de itinerários com razoável tempo de duração, horários compatíveis com a necessidade do deslocamento ou linhas diretas, devendo a Contratada apresentar alternativas para análise daquela que represente a melhor relação custo x benefício para o CRECI/AL;

b) em virtude da ocorrência de evento, seminário, encontro, fiscalização, reunião ou situação semelhante, em que o número de passageiros ou a antecedência da demanda permita a obtenção de melhores condições comerciais, visando à economicidade para o CRECI/AL.

8.8.1.2. Cotação: a Contratada deverá, mediante informação da Contratante sobre a data e o destino da viagem, apresentar, no prazo de até 2 (duas) horas contadas da solicitação, as opções de transporte rodoviário estadual e interestadual disponíveis no mercado. A cotação para emissão de bilhete de passagem, realizada pela Contratada, deverá refletir com exatidão as informações atualizadas das viagens disponíveis nas datas solicitadas, consideradas, inclusive, as tarifas promocionais vigentes, quando houver.

8.8.1.3. O pedido de cotação enviado à Contratada via e-mail, telefone ou ferramenta online deverá conter, no mínimo:

- a) nome do empregado público responsável pela demanda, com e-mail e telefone;
- b) tipo de viagem: rodoviária estadual ou interestadual;
- c) data prevista da partida;
- d) data prevista do retorno, se for o caso;

- e) município e UF de origem;
- f) município e UF de destino;
- g) nome completo do passageiro;
- h) data de nascimento do passageiro, se exigida pela transportadora;
- i) CPF do passageiro;
- j) telefone para contato do passageiro;
- k) endereço eletrônico do passageiro, se houver;
- l) características do passageiro, caso haja necessidade de atendimento especial ou preferência de assento, quando disponível;
- m) horários previstos de início e término do trabalho, evento, missão ou atividade no destino.

8.8.1.4. Devem ser observadas, sempre que possível, as opções de ida e volta pela mesma empresa transportadora ou por empresas do mesmo grupo operacional, desde que essa condição represente vantagem econômica e melhor adequação logística para o CRECI/AL.

8.8.1.5. O pedido e o resultado da cotação deverão ser encaminhados à Contratante via e-mail, telefone ou ferramenta online, discriminando o trecho e contendo, além dos dados da solicitação de cotação, as seguintes informações:

- a) empresa transportadora;
- b) município/UF de origem e município/UF de destino;
- c) duração estimada da viagem;
- d) quantidade e duração de paradas, conexões ou baldeações, se houver, com indicação das respectivas localidades e tempos estimados;
- e) datas e horários previstos de saída e chegada, com indicação dos terminais rodoviários, estações ou pontos de embarque e desembarque utilizados;
- f) valor da tarifa da passagem;
- g) valor da taxa de embarque, quando houver;
- h) categoria do serviço contratado, quando aplicável.

8.8.1.6. Reserva: a reserva para emissão de bilhete de passagem rodoviária deverá ser realizada pela Contratada, discriminada por trecho, com base nas informações de cotação contidas na etapa anterior, sempre que essa funcionalidade estiver disponível junto à empresa transportadora.

8.8.1.6.1. A Contratada apresentará, pela ferramenta online, e-mail ou telefone, a reserva contendo o localizador, a data e hora de validade da

reserva, quando houver, e os demais dados constantes da cotação, para o responsável do CRECI/AL, visando à necessária aprovação.

8.8.1.6.2. Na hipótese de a empresa transportadora não disponibilizar funcionalidade de reserva prévia, a Contratada deverá informar essa condição à Contratante e adotar os procedimentos necessários para emissão imediata após a autorização, observada a disponibilidade de lugares e a tarifa vigente no momento da compra.

8.8.1.7. Emissão: a emissão do bilhete de passagem rodoviária **estadual ou interestadual** será realizada pela Contratada com base nas informações da reserva ou da cotação aprovada pela Contratante, em até 3 (três) horas após a aprovação, salvo em casos excepcionais e justificados, em que a emissão deverá ocorrer imediatamente após a autorização da Contratante.

8.8.1.7.1. Somente será autorizada a emissão do bilhete de passagem caso a reserva, quando existente, esteja ativa. Havendo cancelamento em virtude da expiração do prazo da reserva e não sendo possível sua reativação nos mesmos valores, o procedimento para emissão deverá ser reiniciado, com apresentação de nova cotação à Contratante.

8.8.1.7.2. A informação do bilhete de passagem emitido será disponibilizada e enviada pela Contratada ao CRECI/AL por meio da ferramenta online, e-mail ou outra forma de comunicação previamente acordada, para conferência e posterior encaminhamento ao passageiro.

8.9. EMISSÃO DE SEGURO ASSISTÊNCIA EM VIAGENS INTERNACIONAIS

8.9.1. A Contratada deverá providenciar, quando solicitado pela Contratante, em até 8 (oito) horas após a emissão do Bilhete de Passagem Internacional, no mínimo 3 (três) cotações de Seguro Assistência em Viagem Internacional, com seguradoras, para aprovação do custo e autorização da emissão pela Contratante, observando as características gerais e regras de funcionamento previstas em normativos que disciplinam o tema (Resolução CNSP nº 439/2022 e Circular SUSEP nº 667/2022).

8.9.2. A Contratada deverá emitir a apólice/voucher, no prazo de 03 (três) horas após autorização pela Contratante.

8.9.3. Os serviços de Emissão de Seguro Assistência em Viagem Internacional compreendem a cotação, emissão, alteração, cancelamento e reembolso.

8.9.4. Será devido à Contratada apenas o valor de repasse referente ao prêmio do Seguro Assistência em Viagem Internacional, quando este for emitido juntamente com o bilhete de passagem internacional, não podendo, neste caso, a contratada cobrar remuneração adicional pela prestação deste serviço.

8.9.5. No caso de reembolso de Seguro Assistência em Viagem Internacional, o relatório deverá conter o nome do passageiro, o número da proposta/requisição de viagem, o número

da apólice ou voucher, o valor do prêmio, eventuais encargos, correções ou taxas a serem deduzidos e o total líquido.

8.10. BAGAGEM

1.1.1. A Contratada deverá providenciar, quando requerido pela Contratante, franquia adicional de bagagem, juntamente com a emissão do bilhete de passagem aérea.

1.1.2. Será devido à Contratada apenas o valor de repasse referente à tarifa de bagagem, quando esta for emitida juntamente com o bilhete de passagem nacional e internacional não podendo, neste caso, a Contratada cobrar remuneração adicional pela prestação deste serviço.

8.11. ALTERAÇÃO DE BILHETES DE PASSAGEM – VOOS DOMÉSTICOS E INTERNACIONAIS E PASSAGENS RODOVIÁRIAS

8.11.1. A alteração do bilhete de passagem deve ser precedida de nova cotação e reserva, visando subsidiar a decisão sobre a alteração ou cancelamento seguido de nova emissão, do que for mais vantajoso para o CRECI/AL.

8.11.2. Caso a alteração em questão possua mudança ou inclusão de destinos, a Contratada receberá solicitação de nova assessoria para indicação das opções que melhor atendam às necessidades do CRECI/AL.

8.11.3. A alteração do bilhete de passagem será requerida pelo CRECI/AL por meio de acesso ao *ferramenta online*, por e-mail, telefone, discriminada por trecho.

8.11.4. A alteração dependerá da disponibilidade de assentos e poderá ensejar em aplicação de multas e eventuais diferenças tarifárias estabelecidas pela companhia aérea/empresa de viação rodoviária.

8.11.5. Imediatamente após a alteração que resulte em crédito, situação na qual o valor do bilhete de passagem original é superior à soma da multa e da diferença tarifária, a Contratada deverá requerer, imediata e formalmente, o reembolso dos valores aos quais a Contratante tem direito, para que seja efetuada a glosa do valor em fatura, mediante apresentação de nota de crédito e comprovante das companhias aéreas.

8.11.6. A Contratada deve gerar relatório mensal de todos os bilhetes de passagem passíveis de reembolso. O relatório deve ser apresentado juntamente com os respectivos comprovantes emitidos pelas companhias aéreas, no prazo de até 60 (sessenta) dias após a alteração do bilhete de passagem, contendo no mínimo:

- a) Dados do bilhete de passagem: nome do passageiro, origem/destino, data do voo;
- b) Valor pago;
- c) Valor da multa;
- d) Valor do crédito.

8.11.7. A Fiscalização do Contrato efetuará a conferência das informações e a consequente glosa do valor a que tem direito, no momento em que for viável e possível, levando em consideração o valor da fatura e o tempo necessário para o término da conferência.

8.12. DO CANCELAMENTO DE BILHETES DE PASSAGEM – VOOS DOMÉSTICOS E INTERNACIONAIS E PASSAGENS RODOVIÁRIAS

8.12.1. Este serviço compreende:

8.12.1.1. Cancelamento originado pela extinção da demanda:

8.12.1.1.1. A informação de cancelamento por extinção da demanda será fornecida pela Contratante à Contratada, pela ferramenta *online*, por e-mail ou telefone, com base nas informações do bilhete de passagem emitido.

8.12.1.1.2. Após o recebimento da informação acima, a contratada deve efetuar o cancelamento do bilhete de passagem no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, objetivando a isenção da cobrança de taxa de *no-show*, quando possível, de acordo com as regras da Companhia Aérea/Empresa de Viação Rodoviária.

8.12.1.1.3. Todas as solicitações de cancelamento devem constar no relatório para controle dos bilhetes de passagem passíveis de reembolso.

8.12.1.2. Cancelamento originado por demanda de alteração, que ocorre em duas situações:

a) Analisadas as cotações, o CRECI/AL verifica que há melhor relação custo x benefício com nova emissão, e não com a alteração do bilhete de passagem;

b) Inexistência de voos/passagens terrestres que permitam a alteração do bilhete de passagem já emitido.

8.12.1.2.1. Para as situações acima, a Contratada deve efetuar o cancelamento do bilhete de passagem e iniciar o processo de nova emissão, a partir da etapa de assessoria, informando nova cotação do voo/passagem terrestre pretendido, para escolha da melhor opção e posterior aprovação.

8.12.1.2.2. A solicitação de cancelamento será fornecida pela Contratante à Contratada, pela ferramenta *online*, por e-mail ou telefone, com base nas informações do bilhete de passagem emitido.

8.12.1.3. Reembolso

8.12.1.3.1. Imediatamente após o cancelamento, a Contratada deverá requerer, junto à Companhia Aérea/Empresa de Viação Rodoviária, o reembolso dos créditos provenientes da passagem cancelada. Isso representa, no mínimo, o valor da taxa de embarque.

8.12.1.3.2. A Contratada deve adotar as medidas necessárias para a efetivação do reembolso tão logo lhe seja solicitado o cancelamento do bilhete de passagem ou quando da ocorrência de *no-show*.

8.12.1.3.3. O reembolso do bilhete de passagem se dará por intermédio de glosa do valor em fatura, mediante apresentação de nota crédito e detalhamento das regras aplicadas pela Companhia Aérea/Empresa de Viação Rodoviária.

8.12.1.3.4. A Contratada deve gerar, relatório mensal de todos os bilhetes de passagem cancelados e/ou reembolsados. o relatório deve ser apresentado juntamente com os respectivos comprovantes emitidos pelas companhias aéreas, contendo no mínimo:

- a) Dados do bilhete de passagem: nome do passageiro;
- b) Origem/destino, data do voo/passagem terrestre;
- c) Valores pagos;
- d) Valores das multas;
- e) Valor do crédito.

8.12.1.3.5. A Fiscalização do Contrato efetuará a conferência das informações e a consequente glosa do valor a que tem direito, no momento em que for viável e possível, levando em consideração o valor da fatura e o tempo necessário para o término da conferência.

8.12.1.3.6. O reembolso obedecerá às eventuais restrições constantes das condições de sua aplicação, inclusive prazo de reembolso, taxa administrativa e outras penalidades.

8.12.1.3.7. O prazo para reembolso não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias contados da data da solicitação.

8.12.1.3.8. Deverá ser apresentado junto com as faturas documento autenticado que comprove o pagamento de eventuais multas às Companhias Aéreas/Empresa de Viação Rodoviária, por ocasião de reemissão ou cancelamentos de passagens aéreas.

8.12.1.3.9. Nos casos onde seja devida a aplicação de multas pelo cancelamento, o valor a ser pago será unicamente o da multa, não cabendo ao CRECI/AL o pagamento do valor integral do bilhete de passagem para posterior ressarcimento.

8.13. DO ASSENTO ESPECIAL

8.13.1. Assento especial: são assentos que oferecem condições diferenciadas aos passageiros nas aeronaves, em voos nacionais e internacionais, ou em passageiros em transporte rodoviário, em atenção aos critérios de conforto, de segurança, de logística e de mobilidade, normalmente comercializadas pelas empresas de transporte.

8.13.2. A solicitação de assento especial é permitida apenas em solicitações de viagens que se encaixem como excepcionalidade, quais sejam:

- 8.13.2.1.** garantir a segurança não apenas do proposto, assim como dos demais passageiros;
- 8.13.2.2.** garantir, com fundamento nos preceitos de ordem constitucional, a dignidade da pessoa humana;
- 8.13.2.3.** garantir a viagem para o proposto que apresente condição peculiar e/ou física que dificulte seu deslocamento (completude diferenciada, condições especiais físicas ou de saúde);
- 8.13.2.4.** garantir a viagem para o proposto com deficiência, que, porventura não seja atendido pelas companhias aéreas em cumprimento à legislação aplicada.

8.13.3. As solicitações de viagens que se encaixem nos requisitos de excepcionalidade para emissão de passagens aéreas/terrestres com assentos especiais deverão seguir o fluxo normal de emissão/cancelamento/remarcação/reembolso, por meio da empresa CONTRATADA.

8.13.4. A CONTRATADA deverá providenciar, quando requerido pela Unidade Solicitante, a aquisição dos assentos especiais conforme solicitação via e-mail, telefone e/ou posto de atendimento avançado através de pessoas autorizadas para prestação dos serviços de agenciamento.

8.13.5. A CONTRATADA deverá emitir o bilhete com assento escolhido, a apólice ou voucher, no prazo de 2 horas após autorização pela CONTRATANTE.

8.13.6. Os serviços de emissão de assento especial compreendem a seleção, emissão, alteração, cancelamento e reembolso.

8.13.7. Será devido à CONTRATADA apenas o valor de repasse referente ao assento especial, não podendo a CONTRATADA cobrar remuneração adicional pela prestação deste serviço.

8.14. DO FATURAMENTO / EMISSÃO DE RELATÓRIOS

8.14.1. A fatura mensal deverá ser acompanhada das respectivas requisições e comprovantes de aceitação dos serviços pelo CRECI/AL, bem como dos relatórios referentes ao período de medição, que não poderá ser confundido com o prazo para pagamento.

8.14.2. O relatório mensal deverá conter:

- a)** Período de faturamento/competência;
- b)** Nome dos beneficiários;
- c)** Número das requisições;
- d)** Número dos bilhetes;
- e)** Data de emissão dos bilhetes;

- f)** Período das viagens (datas de ida e retorno);
- g)** Descrição dos trechos;
- h)** Valores dos trechos;
- i)** Valores das tarifas de embarque;
- j)** Valores das Taxas de Serviços, multas devidas, apólices de seguros emitidos etc.;
- k)** Nome das Companhias Aéreas/Empresa de Viação Rodoviária e números de inscrição no CNPJ;
- l)** Descontos referentes à retenção dos impostos na fonte (IRPJ, CSLL, COFINS, PIS/PASEP);
- m)** Valores líquidos a serem pagos à Contratada;
- n)** Outras informações que venham a ser solicitadas pela Contratante;

8.14.3. Os relatórios deverão ser disponibilizados para download via ferramenta *online* ou encaminhados por meio eletrônico, sob a forma de planilhas no formato .xls ou equivalente.

8.14.4. Sempre que necessário, o Contratante poderá solicitar emissão de relatório parcial, caso em que a Contratada deverá fornecer o documento em até 72 (setenta e duas horas).

8.14.5. Ainda, mensalmente, a Contratada deverá apresentar cópia das faturas emitidas pelas Companhias de Transporte referentes aos serviços prestados ao CRECI/AL.

8.14.6. A Contratada deverá fornecer, juntamente com as notas fiscais/faturas, relatórios que permitam a Contratante o acompanhamento do reembolso pela Contratada dos créditos decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados no período, bem como dos créditos resultantes da remarcação de bilhetes com valor inferior ao inicialmente já pago em períodos anteriores.

8.14.7. O formato do referido relatório poderá ser o mesmo apresentado mensalmente junto com a Nota Fiscal/Fatura para fins de recebimento do objeto.

8.14.8. Caberá a Contratada, proceder ao reembolso dos créditos decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados no período, bem como dos créditos resultantes da remarcação de bilhetes com valor inferior ao inicialmente já pago em períodos anteriores, mediante glosa dos respectivos valores na própria nota fiscal/fatura mensal apresentada pela Contratada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da solicitação de reembolso.

8.14.9. Quando da efetuação da glosa, eventuais multas aplicadas pelas companhias de transporte em razão do cancelamento das passagens não utilizadas deverão ser consideradas.

8.14.10. Os valores não processados na Nota Fiscal/Fatura relativa ao mês da ocorrência deverão ser processados na próxima Nota Fiscal/Fatura emitida pela Contratada.

8.14.11. A fatura, incluindo-se seu detalhamento, deverá conter todas as informações necessárias à conferência dos serviços prestados e em conformidade com os preços contratados, não podendo incluir serviços relativos a outros contratos ou facilidades não contratadas.

8.14.12. Os serviços cujo detalhamento não contiver as informações mínimas que permitam a sua correta identificação serão considerados como cobranças indevidas e não serão pagos.

8.14.13. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à CONTRATADA e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da fatura devidamente corrigida.

8.14.13.1. Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento da fatura, os fatos serão informados à Contratada, para que seja feita glosa do valor correspondente no próximo documento de cobrança.

9. DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. A demanda do CRECI/AL tem por base as seguintes características:

9.1.1. Em relação ao histórico de consumo dos serviços de agenciamento de viagens quantidades e valores de passagens emitidas, a área requisitante da Solução, resumiu o histórico de consumo atual, por meio da tabela abaixo:

CONSOLIDAÇÃO DE BILHETES DE PASSAGEM AÉREAS EMITIDOS - PERÍODO DE 2023 A 2025 (36 MESES)				
ANO	Nº DE BILHETES NACIONAIS (IDAS + VOLTAS)	Nº DE BILHETES INTERNACI ONAI (IDAS + VOLTAS)	VALOR TOTAL GASTO (NACIONAIS + INTERNACI ONAI)	VALOR MÉDIO DO TRECHO
2023	64	0	R\$ 96.824,22	R\$ 1.536,89
2024	54	0	R\$ 83.987,32	R\$ 1.555,32
2025	52	0	R\$ 130.654,32	R\$ 2.545,42
MÉDIA GERAL VALORES APURADOS			R\$ 103.821,95	R\$ 1.879,21

CONSOLIDAÇÃO DE BILHETES DE PASSAGEM RODOVIÁRIAS EMITIDOS - PERÍODO DE 2023 A 2025 (36 MESES)

ANO	Nº DE BILHETES (IDAS + VOLTAS)	VALOR TOTAL GASTO	VALOR MÉDIO DO TRECHO
2023	0	0	R\$ 0
2024	0	0	R\$ 0
2025	12	R\$ 90,50	R\$ 1.086,00
MÉDIA GERAL VALORES APURADOS		R\$ 90,50	R\$ 1.086,00

9.1.2. Em relação as estimativas de quantidades de bilhetes de passagens a serem emitidos, parâmetro definidor do valor total estimado para a presente contratação em sua primeira vigência, estão baseadas em levantamento e projeções realizadas pelo integrante requisitante da EPC, a partir do histórico de consumo atual, comportando uma projeção de crescimento para 30% bilhetes de passagem para um período de 12 (doze) meses.

9.1.3. Em atendimento à Resolução n 280, de 11 de julho de 2013, da ANAC (Agência Nacional De Aviação Civil), que dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo, foi incluído assento especial para viagem nacional e internacional objetivando o respeito à dignidade da pessoa humana e garantia à segurança do passageiro.

9.1.4. Em relação aos (i) Agenciamento: Assento Especial - Voos nacionais e (ii) Agenciamento: Assento Especial - Voos internacionais, não havendo histórico de contratações anteriores que atendessem particularmente a essa demanda, foi pré-definido um percentual mínimo de 10% (dez por cento) em relação à previsão estimada de quantitativo de bilhetes aéreos emitidos. Outrossim, a justificativa para aquisição de assentos num percentual muito inferior à quantidade de bilhetes aéreos se deve ao fato de que as aquisições somente serão viáveis com a devida anuências da autoridade máxima do órgão com base nas justificativas: garantia da segurança do servidor e dos demais passageiros; garantia, com fundamento nos preceitos de ordem constitucional, a dignidade da pessoa humana; nas garantias fundamentais, em especial a vida e a segurança.

9.1.5. Quanto ao “Agenciamento: Seguro Viagem”, estimou-se a necessidade um parâmetro de igual quantitativo em relação ao previsto para passagens aéreas internacionais, haja vista que a contratação desse serviço é para custear sinistros durante o período de afastamento do país, trechos ida e volta, ou seja, será concedido até um seguro-viagem por viagem internacional.

9.1.6. O quadro seguinte apresenta as estimativas de consumo para um período de 12 (doze) meses:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT SER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT . 12 MESES ESTIM ADA (a)	Valor Médio * (b)	Valor Total do Item (c) = (a) x (b)
1	Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens: Aquisição de passagens rodoviárias e aéreas nacionais, além de emissão, alteração e cancelamento	3719	SERVIÇO/UNIDADE	75	R\$ 0,01	R\$ 0,75
2	Contratação de Passagem Aérea Junto a Companhia Credenciada: Repasse de voos nacionais	25828	PASSAGEM/UNIDADE	67	R\$ 1.879,21	R\$ 125.907,07
3	Contratação de Passagem Aérea Junto a Companhia Credenciada: Repasse de voos internacionais	25828	PASSAGEM/UNIDADE	8	R\$ 4.897,40	R\$ 39.179,20
4	Corretagem - Seguro: Repasse do seguro viagem	13943	SERVIÇO/UNIDADE	8	R\$ 423,41	R\$ 3.387,28
5	Contratação de Passagem Rodoviárias Interestaduais e Estaduais Junto a Companhia Credenciada: Repasse de passagens rodoviárias	25828	PASSAGEM/UNIDADE	16	R\$ 90,50	R\$ 1.454,40
6	Agenciamento: Assento Especial - Voos Internacionais	25828	UNIDADE	1	R\$ 33.592,58	R\$ 33.592,58

7	Agenciamento: Assento Especial - Voos nacionais	25828	UNIDADE	7	R\$ 6.842,6 9	R\$ 47.898,8 3
VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO						R\$ 251.420, 11

9.1.7. (*) O item 1 refere-se à remuneração para prestação de agenciamentos de viagens, contemplando os serviços de aquisição de passagens voos nacionais e internacionais, com emissão, alteração e cancelamento de bilhetes. O critério de aceitação das propostas será o menor valor ofertado pela prestação do serviço de agenciamento de viagens por meio da Remuneração do Agente de Viagens (RAV), a qual será fixa, independente do valor da passagem emitida / remarcada.

9.1.8. (*) Já os itens 2 a 7, referem-se do valor médio da passagem (aérea e rodoviária), incluída a taxa de embarque, conforme previsto no inciso II, do art. 2º, da IN nº 3 de 11/02/2015, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para aquisição de passagens aéreas pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional que define que o bilhete de passagem compreende a tarifa e a taxa de embarque, além do valor estimado para assentos especiais, seguro-viagem, etc. Logo, por se tratar de valores de **repasses**, estes não deverão ser objeto de formulação de preços e lances pelos licitantes, devendo ser informado no campo do sistema Compras Governamentais a exata quantidade e valor estabelecidos neste Instrumento ou, caso melhor detalhamento/estudo, no Termo de Referência/Edital.

9.1.9. Acerca do valor médio estimado para o item 1, esclarece que considerando consulta realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), de pregões eletrônicos que tem como objeto a contratação de agenciamento de viagens, verificamos que as agências de viagens adotam a política de não cobrança de taxas para prestação de serviços de agenciamento para aquisição de passagens. Potencialmente, as agências venham a ‘lucrar’ sobre a diferença entre o valor de tarifas de bilhetes comprados das companhias aéreas às agências de viagens, tal como um valor ‘de atacado’ e revendidos aos clientes finais ‘a preço de varejo’ ou, tal qual como no mercado de administração de benefícios, as agências, tais quais as administradoras cobrem ágio por sobre a intermediação das vendas.

9.1.10. Assim sendo, foram considerados valores de R\$ 0,01 para o item 1 tendo em vista ao sistema Compras.gov.br não permitir cadastramento de itens sem valores.

9.1.11. Sobre o valor médio para o item 7 (Agenciamento: Assento Especial – Voos Nacionais) e 6 (Agenciamento: Assento Especial – Voos Internacionais), foi realizada pesquisa nos sítios de pesquisa disponibilizado na rede mundial de computadores em que se verificou uma oferta de assentos com preços variáveis. Mesmo ao consultar as principais companhias aéreas que fornecem o serviço não há clareza quanto ao preço praticado. Devido a essa variação de valores que são cobrados atualmente, optou-se, para fins de mensuração do valor global, por considerar o maior valor unitário encontrado equivalente a R\$ 6.842,69 para voos nacionais e R\$ 33.592,58 para voos internacionais.

9.1.12. Sobre o valor para o item Contratação de Passagem Aérea Junto a Companhia Credenciada: Repasse de voos internacionais (item 3) e Corretagem - Seguro: Repasse do

seguro-viagem (item 4), considerando a ausência desse tipo de gasto/repasso na realidade desta Autarquia, foi usado como estimativa de preços os utilizados por outros entes públicos para objetos similares, por exemplo, os constantes no Pregão eletrônico nº 90004/2026 do COREN/SP.

9.1.13. Todo o serviço deverá ser **sob demanda**. A quantidade descrita neste Instrumento trata-se de estimativa baseada na experiência/histórico desse tipo de serviço.

9.1.14. Assim, por ser um serviço executado conforme demanda bem como o pagamento será de acordo com a real necessidade/uso, o CRECI/AL não fica obrigado a contratar os serviços na totalidade do valor e quantidade estimados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 10.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 10.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG nº 5/2017;
- 10.6.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 10.6.1.** Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 10.6.2.** Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 10.6.3.** Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7.** Fornecer em tempo hábil todos os elementos existentes necessários para a prestação dos serviços, considerando os prazos de atendimento previstos neste instrumento, notificando imediatamente à Contratada sobre qualquer condição operacional anormal;
- 10.8.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

- 10.9.** Adotar, junto às instâncias competentes, medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 10.10.** Arquivar, entre outros documentos, especificações técnicas, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de prestação de serviços após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados e recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais e especificações deste Termo de Referência;
- 11.2.** Pagar, pontualmente, as empresas aéreas, independentemente da vigência do Contrato, não respondendo a Contratante, solidária ou subsidiariamente por este pagamento que é de inteira responsabilidade da Contratada;
- 11.3.** Manter, durante toda a execução do Contrato, crédito compatível com o volume de vendas estimado para o Contrato junto às Companhias de Transporte, diretamente ou através de agência de turismo consolidadora;
- 11.4.** Estender integralmente à Contratante todas as vantagens concedidas pelas Companhias de Transporte, em relação as tarifas e descontos, entre outros, e, ainda, repassar integralmente à Contratante todos os descontos promocionais concedidos pelas Companhias de Transporte, sobre os preços das passagens, a qualquer título, sejam os descontos publicados ou não;
- 11.5.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao CRECI/AL, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.7.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.8.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 11.9.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de

Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

- 11.10.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 11.11.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.12.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos.
- 11.13.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.14.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.15.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;
- 11.16.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações desse Termo de Referência.
- 11.17.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.18.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.19.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.20.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.21.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, em conformidade com a lei 14.133/2021.
- 11.22.** Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal;
- 11.23.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a

observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

- 11.24.** Todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, inerentes aos seus funcionários, tais como salários, horas extras, adicionais, seguros, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, equipamentos e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público são de responsabilidade da Contratada;
- 11.25.** Responsabilizar-se pela substituição dos colaboradores em serviço, inclusive com controle da escala de trabalho dos profissionais, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho, além do previsto na legislação, respeitando a carga horária de cada profissão;
- 11.26.** Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência da Contratada em relação a tais encargos não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 11.27.** Responsabilizar-se pela segurança e por quaisquer acidentes de que venham a ser vítimas os seus colaboradores em serviço, cumprindo todas as suas obrigações quanto às leis trabalhistas e previdenciárias e lhes assegurando as demais exigências para o exercício das atividades;
- 11.28.** Cumprir todas as normas internas e procedimentos administrativos do Contratante;
- 11.29.** Planejar, conduzir e executar os serviços dentro das Normas de Segurança do Trabalho, Saúde e Meio Ambiente vigentes e exigíveis por Lei;
- 11.30.** Responsabilizar-se pelo sigilo das informações e dados repassados pelo CRECI/AL por força do objeto deste Termo de Referência, mantendo sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CRECI/AL ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Termo.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1.** Não será permitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 13.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 14.1.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá

comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133, de 2021.

- 14.2.** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 14.3.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.4.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar nas sanções legais dispostas na Lei 14.33/2021.
- 14.5.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 14.6.** A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo II, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 14.7.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 14.8.** Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 14.9.** O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 14.10.** Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

- 14.11.** A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 14.12.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 14.13.** O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e a qualidade da prestação dos serviços.
- 14.14.** As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 14.15.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

15. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- 15.1.** O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das obrigações pactuadas.
- 15.2.** Os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato serão coordenados pelo Gestor Contratual, especialmente designado na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 do art. 11º do Decreto nº 9.507/2018 e do art. 40 da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, o qual deverá ser auxiliado pelos fiscais técnicos e setoriais do contrato, exercendo as suas funções de acordo com as disposições legais.
- 15.3.** A Contratada, quando convocada para assinatura do Contrato deverá indicar o preposto que será o representante da empresa, conforme modelo Anexo do Edital de Licitação.
- 15.4.** Definição de **mecanismos formais de comunicação** a serem utilizados para troca de informações entre a Contratante e Contratada:
- 15.4.1.** Toda a comunicação entre a Contratante e Contratada deverá ser sempre formal como regra, exceto em casos excepcionais que justifiquem outro canal de comunicação.
- 15.4.2. Forma de Comunicação:** a comunicação se dará por meio de ofícios, ordens de serviço, e-mails, reuniões mediante elaboração de atas, entrega pessoal de

documentos mediante aposição de recibo, ou outros que possam ficar registrados.

15.4.3. Periodicidade: sempre que se fizer necessária a comunicação entre a Contratante e Contratada.

15.5. O Contrato será medido em periodicidade mensal nas dimensões qualitativa e quantitativa.

15.5.1. A **dimensão quantitativa** corresponderá à somatória do valor das tarifas (em sentido estrito) constante dos bilhetes emitidos, cujas faturas a Contratada tiver emitido e apresentado à Contratante, acrescido da correspondente taxa de embarque e das eventuais multas e taxas que venham a ser corretamente aplicadas pelas Companhias de Transporte, tais como franquias de bagagem ou em virtude de remarcações e de cancelamento dos bilhetes, além dos valores dos eventuais prêmios das apólices de seguro assistência em viagem internacional emitidas e faturadas pelas Seguradoras ou assentos especiais, bem como as respectivas taxas, por essas empresas corretamente cobradas, pela alteração/cancelamento das aludidas apólices, conforme fórmula abaixo:

15.5.2. A dimensão **qualitativa** correspondendo à aplicação do Anexo II – Instrumento de Medição de Resultados (IMR), Instrumento de Medição de Resultados, que corresponde à medição dos serviços executados e à avaliação da qualidade de sua realização, com incidência de fator de correção e possibilidade de redimensionamento dos pagamentos devidos à Contratada. O IMR permite que os serviços prestados pela Contratada tenham critérios pré-definidos de mensuração, em função de sua característica e forma de gestão.

15.5.2.1. A medição dos níveis de serviços não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos de avaliação dos serviços prestados, tal qual sanções administrativas.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pela fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

- 16.3.2.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 16.3.3.** A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;
- 16.3.4.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 16.4.** No prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 16.4.1.** Quando a fiscalização for exercida por um único empregado, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 16.4.2.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 16.4.3.** Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 16.5.** No prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 16.5.1.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 16.5.2.** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 16.5.3.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Anexo II - Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 16.6.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da

Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

- 16.7.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

- 17.1.** Para fins da remuneração a ser paga à Agência de Viagens contratada, tem-se que:

1.1.1. O CRECI/AL repassará à Contratada o valor das tarifas (em sentido estrito) constante dos bilhetes de passagem emitidos, cujas faturas a Contratada tiver emitido e apresentado à Contratante, acrescido da correspondente taxa de embarque e das eventuais multas e taxas que venham a ser corretamente aplicadas pelas Companhias Aéreas, em virtude de remarcações e de cancelamento dos bilhetes, além dos valores dos eventuais prêmios das apólices de seguro assistência em viagem internacional emitidas e faturadas pelas Seguradoras, assentos especiais etc, bem como as respectivas taxas, por essas empresas corretamente cobradas, pela alteração/cancelamento das aludidas apólices.

1.1.2. O pagamento será efetuado no prazo de 25 (vinte e cinco) dias contados do recebimento DEFINITIVO nota fiscal/fatura, uma vez que internamente existe a previsão de 5 (cinco) dias para verificação das informações e lançamento no fluxo de pagamento, procedimento realizado pela fiscal do contrato.

- 17.2.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

- 17.3.** Os valores finais para pagamento serão aqueles ratificados ou redimensionados após aplicação do Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

- 17.4.** A apresentação da Nota Fiscal ou Fatura para pagamento deverá observar o seguinte:

17.4.1. Indicação expressa dos elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade, data da emissão, período de prestação dos serviços, encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte, que serão retidos conforme as legislações pertinentes ao ramo de atividade e valor a pagar. Deverá, ainda, estar de acordo com a legislação tributária das esferas alcançadas e em conformidade com o objeto contratado no tocante à sua natureza.

17.4.1.1. As Notas Fiscais ou Faturas deverão ser emitidas em nome da CONTRATANTE, com indicação do CNPJ da unidade Sede do CRECI/AL – 12.475.711/0001-00

17.4.1.2. No campo e-mail das notas fiscais emitidas deverá constar o seguinte endereço: tesouraria@creci-al.gov.br.

17.4.1.3. Quando a legislação assim determinar, deverão ser apresentadas notas

fiscais segregadas, separando produtos de serviços cuja somatória deverá resultar no valor do objeto contratado.

17.4.1.4. Estar acompanhada da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

17.4.1.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da IN nº 03, de 26 de abril de 2018.

17.5. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.5.1. Havendo ocorrências, a Contratada será instada a se manifestar, podendo regularizar a situação ou apresentar defesa.

17.5.2. Caso a defesa não seja aceita e, persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a ampla defesa.

17.5.3. Nesse caso, desde que houve a efetiva entrega do objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se decida pela rescisão contratual.

17.5.4. O Termo de Contrato poderá deixar de ser rescindido por motivo de economicidade, ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso pela máxima autoridade da Contratante.

17.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.6.1. A Contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos naquele regime, ficando o pagamento condicionado à apresentação de comprovação de que faz jus ao tratamento tributário favorecido.

17.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa (por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência), ou, ainda, se for constatado no ato da atestação que o objeto entregue não corresponde às especificações, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

17.7.1. Nestas hipóteses, o prazo iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a compensação financeira devida pela CONTRATANTE será calculada por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo que:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
 $I = i/365$ $I = (6/100)/365$ $I = 0,00016438$
Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

18. REAJUSTE

- 18.1.** O valor do serviço de agenciamento de viagens será ajustado de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência (TR), considerando as condições específicas do contrato.
- 18.2.** Passagens aéreas/rodoviárias e valores associados, como taxas de embarque e seguro-viagem, não serão sujeitos a reajuste, visto que se tratam de valores de repasse das companhias de transporte e seguradoras, os quais deverão ser informados conforme estabelecido no edital, sem variação ou negociação no decorrer do contrato.
- 18.3.** Em relação ao reajuste anual da taxa de agenciamento, a Remuneração do Agente de Viagens (RAV) poderá ser ajustada com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
- 18.4.** O ajuste de valores será formalizado por meio de termo aditivo, sendo condicionado à apresentação do índice oficial e ao acordo prévio entre as partes, conforme a legislação vigente.

19. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 19.1.** Visto a presente contratação se dará por meio de um contrato de serviços sob demanda e os repasses serem realizados a partir de serviços já executados, não será exigido garantia contratual para o presente objeto.
- 19.2.** Não foram identificados eventuais prejuízos pela inexecução do contrato que necessitem de calços financeiros previamente depositados para suprir as falhas que as empresas, porventura, deem causa.

20. DA GARANTIA DE PROPOSTA

- 20.1.** Para resguardar a seriedade das ofertas e prevenir desistências injustificadas que possam comprometer o andamento do certame, será exigida garantia de proposta, mecanismo que também desencoraja lances meramente especulativos ou desprovidos de adequada capacidade técnica e financeira. Dessa forma, assegura-se que os participantes atuem com responsabilidade e real intenção de executar o futuro contrato, promovendo uma licitação eficiente, justa e segura.
- 20.2.** Nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, a garantia de proposta será de 1 %

(um por cento) do valor estimado da contratação. O valor deverá ser prestado em uma das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da mesma Lei (caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária), dentro do prazo fixado em edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a)** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b)** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c)** Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d)** Comportar-se de modo inidôneo; ou
- e)** Cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II. Multa de:

- (1)** 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor estimado do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- (2)** 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- (3)** 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- (4)** 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor estimado do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- (5)** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

III. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV.Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

V.Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem “iv” deste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor total estimado do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor total estimado do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor total estimado do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor total estimado do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor total estimado do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3

8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1
---	--	---

- 21.6.** Também ficam sujeitas as sanções do art. 156, da Lei nº 14.133/2021, aos responsáveis que praticarem infrações administrativas previstas na legislação vigente.
- 21.7.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e demais legislações vigentes.
- 21.8.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do CRECI/AL, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do órgão e cobrados judicialmente.
- 21.8.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.9.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o CRECI/AL poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.10.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.11.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.12.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.13.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.14.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 22.1.** As exigências de **habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista** são

as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

22.2. Os critérios de **qualificação econômico-financeira** a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.

22.3. Os critérios de **qualificação técnica** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

22.3.1. Apresentação de Certificado de Registro concedido pelo Ministério do Turismo, conforme previsto no art. 22, da Lei nº 11.771, de 17/09/2008, e no art. 18 do Decreto nº 7.381/2010;

22.3.2. Registro ou inscrição da empresa junto a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, em plena validade;

22.3.3. Declaração de que é proprietária ou de que possui licença de uso de sistema operacional eletrônico habilitado e interligado com as bases de dados e sites das companhias aéreas brasileiras com voos nacionais e internacionais regulares e dos principais sistemas GDS disponíveis no mercado;

22.3.4. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, complexidade tecnológica e operacional, quantidades e prazos equivalentes ou superiores com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

22.3.4.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

22.3.4.1.1. Entende-se por atividade pertinente: prestação de serviços de agenciamento de viagens;

22.3.4.1.2. Entende-se por compatível em características: emissão de bilhetes de passagens aéreas domésticas e internacionais e passagens rodoviárias;

22.3.4.1.3. Entende-se por compatível em quantidade: emissão anual de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total/anual estimado de passagens aéreas nacionais - parcela de maior relevância do objeto - descrito neste instrumento;

22.3.4.1.4. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 2 (dois) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 2 (dois) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN/SEGES/MPDG nº 05/2017.

22.3.4.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

22.3.4.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

22.3.4.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do

serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

22.3.4.5. Caso solicitado, o licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

22.4. O critério de julgamento da proposta é o de menor preço por grupo, a ser aplicado sobre o valor global da contratação.

22.5. Contudo, destaca-se que:

22.5.1. O item 1 refere-se à remuneração para prestação de agenciamentos de viagens, contemplando os serviços de aquisição de passagens rodoviárias estaduais e interestaduais e voos nacionais e internacionais, com emissão, alteração e cancelamento de bilhetes. O critério de aceitação das propostas será o menor valor ofertado pela prestação do serviço de agenciamento de viagens por meio da Remuneração do Agente de Viagens (RAV), a qual será fixa, independente do valor da passagem emitida / remarcada.

22.5.2. Já os itens 2 a 7, referem-se do valor médio da passagem, incluída a taxa de embarque, conforme previsto no inciso II, do art. 2º, da IN nº 3 de 11/02/2015, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para aquisição de passagens aéreas/rodoviárias pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional que define que o bilhete de passagem compreende a tarifa e a taxa de embarque, além do valor estimado para assentos especiais, seguro viagem, etc. Logo, por se tratar de valores de **repasses**, estes não deverão ser objeto de formulação de preços e lances pelos licitantes, devendo ser informado no campo do sistema Compras Governamentais a exata quantidade e valor estabelecidos neste Instrumento ou, caso melhor detalhamento/estudo, neste Termo de Referência ou Edital.

22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Edital.

23. DAS ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

23.1. O valor de referência para a contratação será o valor estimativo global de R\$ R\$ 251.420,11 (duzentos e cinquenta e um mil e quatrocentos e vinte reais e onze centavos) para o período de 12 (doze) meses¹.

¹ NOTA: Para o objeto contratual a Equipe de Planejamento da Contratação **não vislumbrou hipótese que justificasse divisibilidade do objeto**: trata-se de serviço de caráter estimativo, em que a forma de remuneração e as características operacionais da Solução produziram numa hipótese de contratação partilhada perda direta de economia de escala, acarretando em custos maiores com a aquisição de bilhetes de passagens e do ponto de vista operacional,

- 23.2.** O valor estimativo acima corresponde a uma previsão de emissão de bilhetes (trechos), seguro-viagem, assentos especiais e prestação de serviço de agenciamento, para um período de período de 12 (doze) meses multiplicada por um valor estimativo de cada item.

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 24.1.** As despesas com a contratação serão acobertadas dentro do elemento de despesa: 63130401058.

Maceió - AL, 09/04/2026.

Integrantes Requisitantes / Técnicos	Maria das Graças de Melo Veríssimo
	José Ronaldo de Melo Júnior
Integrante da Área de Apoio Administrativo	Darlisson Eugênio de Barros
	Wemenson Oliveira de Andrade

possível aumento de risco de intercorrências, na hipótese de coexistência de ferramentas de administração dos serviços.



ANEXO II – ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO (ANS)
Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Processo Administrativo nº 30056309/2026

Este documento, que acompanhará o Contrato decorrente da licitação, estabelece os critérios para atendimento do Acordo de Níveis de Serviço (ANS), por meio da apuração das ocorrências devidamente documentadas durante a execução contratual, considerando os tipos de incidentes, os prazos de atendimento das solicitações e os demais parâmetros de nível de serviço relacionados neste instrumento.

O ANS tem por finalidade medir a qualidade com que os serviços serão executados e permitir a proporcionalização do pagamento devido em função do recebimento do serviço em nível de qualidade ou tempo de atendimento inferior ao contratado, não se caracterizando como sanção, mas como instrumento objetivo de mensuração da execução contratual e de liquidação do valor a ser pago pela prestação do serviço.

As ocorrências encontram-se organizadas de acordo com o crescente nível de severidade, correspondente ao eventual impacto que possam causar à regularidade dos serviços prestados, compreendendo, entre outros, os serviços de cotação, reserva, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, alteração, reembolso, atendimento emergencial e funcionamento da ferramenta online de autoagendamento, na forma e condições estabelecidas no Termo de Referência.

O não atendimento dos Níveis Mínimos de Serviço Aceitáveis (NMSA) implicará ajustes nos pagamentos (glosas), incidentes sobre o valor total da fatura do período de referência, sem prejuízo da eventual aplicação das sanções administrativas previstas no Termo de Referência, no Contrato e na legislação aplicável.

A cada período de referência do contrato será efetuada a avaliação dos serviços prestados, com apuração dos Níveis Mínimos de Serviço Aceitáveis (NMSA). Caso a Contratada execute integralmente os serviços dentro dos padrões mínimos de qualidade exigidos, não haverá glosa sobre a fatura a ser paga.

As partes declaram estar cientes das condições estabelecidas neste Acordo de Níveis de Serviço e reconhecem que os ajustes de valores decorrentes do descumprimento dos parâmetros de qualidade aqui previstos serão descontados no ato do pagamento da respectiva fatura, sem prejuízo da adoção das demais medidas contratuais e legais cabíveis.

Caso a Contratada tenha pontuação apurada igual ou superior a 9,0 (nove) pontos em 2 (dois) meses consecutivos ou em 3 (três) meses alternados dentro do período de 12 (doze) meses, o CRECI/AL poderá instaurar procedimento administrativo para apuração de eventual inexecução contratual, sem prejuízo da aplicação das demais consequências contratuais e sanções administrativas cabíveis.

As ocorrências deverão ser documentadas por meio de relatórios técnicos, mensagens eletrônicas, registros de atendimento, solicitações formais, bilhetes emitidos, comprovantes de reserva, relatórios extraídos da ferramenta online, notificações à Contratada e demais instrumentos de acompanhamento e fiscalização contratual.

A avaliação da execução dos serviços será realizada conforme os critérios de aferição estabelecidos neste instrumento, observados os prazos definidos no Termo de Referência e no Contrato.

Caso a Contratada identifique a impossibilidade de execução de qualquer rotina, solicitação ou atendimento, por qualquer motivo, deverá comunicar o fato à Fiscalização, tão logo tome ciência da ocorrência, apresentando justificativa formal, a qual será avaliada antes da apuração definitiva das ocorrências do período de referência.

Serão consideradas, para fins de apuração deste instrumento, apenas as ocorrências imputáveis à Contratada. Na hipótese de um mesmo fato admitir enquadramento em mais de um item, será considerado apenas o de maior gravidade, vedada a dupla contagem pelo mesmo fato gerador.

QUADRO 1 – OCORRÊNCIAS PARA APURAÇÃO DOS NÍVEIS DE SERVIÇO

Nº de Ordem	Descrição da Ocorrência	Forma de Aferição	Valoração
1	Emissão de passagem com erro de dados essenciais do passageiro ou da viagem (nome, CPF, rota, datas, horários ou trecho).	Por ocorrência, mediante comparação entre o bilhete emitido e a solicitação/autorização formal.	1,0
2	Emissão de bilhete, seguro viagem, assento especial ou outro serviço sem autorização formal do CRECI/AL.	Por ocorrência, mediante ausência de documento de autorização correspondente.	1,0
3	Não emissão da passagem no prazo compatível com a solicitação formal, quando houver urgência regularmente indicada pela Administração.	Por ocorrência, a partir do registro da solicitação e da comprovação do atraso injustificado.	0,8
4	Falta de atendimento emergencial fora do horário comercial.	Por ocorrência, quando não houver resposta inicial em até 1 (uma) hora após solicitação emergencial formulada fora do expediente.	1,0
5	Emissão com valor acima da tarifa autorizada ou da melhor opção disponível, sem justificativa aceita pela	Por ocorrência, mediante confronto entre cotação, autorização e documento emitido	0,8

Nº de Ordem	Descrição da Ocorrência	Forma de Aferição	Valoração
	Fiscalização.	ou faturado.	
6	Não cancelamento ou não remarcação de bilhete no prazo compatível com a solicitação formal da Administração.	Por ocorrência, contado o prazo da solicitação e verificada a omissão injustificada.	0,6
7	Não envio do bilhete, localizador, voucher, apólice, comprovante eletrônico ou documento equivalente após a emissão.	Por ocorrência, quando não disponibilizado até o final do dia da emissão ou imediatamente, nos casos urgentes.	0,5
8	Não envio do relatório mensal com passagens emitidas, canceladas, remarcadas, reembolsadas e créditos existentes.	Por ocorrência, quando o relatório não for entregue até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ou no prazo definido pela Fiscalização.	0,5
9	Não observância da menor tarifa praticável no momento da reserva, sem justificativa aceita pela Fiscalização.	Por ocorrência, mediante diferença identificada sem justificativa idônea.	0,9
10	Falta de resposta a e-mail, telefonema ou solicitação administrativa ordinária do CRECI/AL em até 1 (um) dia útil.	Por ocorrência, mediante registro de tentativa sem resposta no prazo estabelecido.	0,4
11	Não processamento de reembolso, crédito ou glosa de valor referente a bilhete não utilizado, cancelado ou alterado no prazo contratual.	Por ocorrência, quando não houver processamento em até 60 (sessenta) dias da solicitação formal.	0,9
12	Inoperância dos canais de atendimento remoto ou da ferramenta self-booking/self-ticket nos horários acordados.	Por ocorrência, mediante registro de indisponibilidade ou tentativa de uso sem sucesso, validada pela Fiscalização.	0,6
13	Não fornecimento de relatório parcial solicitado pela Fiscalização no prazo de até 72 (setenta e duas) horas.	Por ocorrência, contado o prazo da solicitação formal.	0,5
14	Descumprimento de determinação emitida pela Fiscalização.	Por ocorrência, mediante comprovação de não atendimento à determinação formal no prazo fixado.	0,5

A faixa de ajuste no pagamento será definida pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências verificadas no mês de referência, conforme a Tabela 2 abaixo.

Os eventuais ajustes (glosas) incidirão sobre o valor total da fatura do período em que forem apurados os níveis de serviço.

TABELA 2 – FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTOS

Pontuação Apurada	Ajuste no Pagamento
0 a 2,9 pontos	Sem glosa
3,0 a 4,9 pontos	3% (três por cento)
5,0 a 6,9 pontos	7% (sete por cento)
7,0 a 8,9 pontos	10% (dez por cento)
9,0 pontos ou mais	15% (quinze por cento) sobre o valor total da fatura do mês de referência, sem prejuízo da avaliação de cabimento de sanção administrativa

A pontuação será acumulada com base em ocorrências devidamente documentadas, apuradas pela Fiscalização contratual mediante evidência formal, tais como e-mails, bilhetes, protocolos de atendimento, solicitações formais, relatórios extraídos do sistema ou registros juntados ao processo administrativo.

A aplicação das glosas previstas neste ANS possui natureza técnica e financeira, vinculada à aferição da conformidade da execução contratual, não substituindo a aplicação das penalidades administrativas previstas no Contrato, no Termo de Referência ou na legislação aplicável, nos casos de inadimplemento grave, reiterado ou doloso.

O acúmulo de pontuação igual ou superior a 9,0 (nove) pontos em 2 (dois) meses consecutivos ou em 3 (três) meses alternados, no período de 12 (doze) meses, poderá ensejar a abertura de processo administrativo para apuração de inexecução contratual, nos termos das disposições contratuais e legais aplicáveis.

Encerrado o mês da prestação dos serviços, após o recebimento do relatório mensal, a Fiscalização informará à Contratada o resultado da verificação dos níveis de serviço prestados, com as respectivas ocorrências e pontuações apuradas, bem como o valor da Nota Fiscal a ser emitida após eventual ajuste, mediante apresentação do seguinte relatório de ocorrências:



RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS

EMPRESA CONTRATADA:

MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: __/

Descrição	Pontuação
Ocorrência relacionada à execução contratual, julgada procedente. Data:// ____ Breve descrição: _____ _____ _____ Data da notificação (quando cabível):// _____	
Ocorrência relacionada à execução contratual, julgada procedente. Data:// ____ Breve descrição: _____ _____ _____ Data da notificação (quando cabível):// _____	
Ocorrência relacionada à execução contratual, julgada procedente. Data:// ____ Breve descrição: _____ _____ _____ Data da notificação (quando cabível):// _____	
TOTAL DE PONTOS NO MÊS EM REFERÊNCIA:	

Assinatura do Fiscal do Contrato

Data://_____

ANEXO III – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

Pregão Eletrônico nº01/2026 – Processo Administrativo nº 30056309/2026

1.1. As ocorrências encontram-se organizadas de acordo com o crescente nível de severidade, correspondentes ao eventual impacto que causariam à normalidade dos serviços prestados.

1.2. O não cumprimento, pela Contratada, dos níveis mínimos de desempenho implicará ajuste nos valores devidos, mediante glosas incidentes sobre o valor final a ser pago no período de referência, conforme a fórmula estabelecida neste instrumento, sem prejuízo da eventual aplicação das demais sanções administrativas previstas no Termo de Referência, no Contrato e na legislação aplicável.

1.3. A cada período de referência do contrato será efetuada a avaliação dos serviços prestados, com aplicação do IMR. Tendo a Contratada prestado todos os serviços dentro dos níveis mínimos de qualidade esperados, não haverá qualquer tipo de glosa na fatura a ser paga.

1.4. Caso a Contratada tenha pontuação apurada igual ou superior a 75 (setenta e cinco) pontos dentro de um período de 15 (quinze) meses, o CRECI/AL poderá dar início a procedimento administrativo para apuração de inexecução contratual, sem prejuízo da aplicação das demais consequências contratuais e sanções cabíveis.

1.5. O indicador será avaliado por meio de relatórios extraídos da ferramenta online, relatórios mensais e parciais, protocolos de atendimento, registros de solicitações, bilhetes emitidos, comprovantes, faturas das companhias transportadoras, registros de reembolsos, notificações à Contratada e outros documentos aptos ao acompanhamento da execução contratual.

1.6. A avaliação da execução dos serviços será realizada na forma e de acordo com os critérios de aferição estabelecidos neste instrumento, dentro dos prazos e obrigações definidos no Termo de Referência e no Contrato.

1.7. Serão consideradas, na apuração do IMR, apenas as ocorrências imputáveis à Contratada, sendo que, na hipótese de fato que permita a classificação da ocorrência em mais de um grau de severidade ou a soma de mais de um fator, considerar-se-á apenas a ocorrência do nível de severidade mais grave, vedada a dupla contagem pelo mesmo fato gerador.

TABELA – NÍVEIS DE OCORRÊNCIAS PARA APLICAÇÃO DO IMR

Id.	Ocorrência	Pontuação
1	Deixar de apresentar, sem justificativa, a documentação necessária ao faturamento e ao	1

RUA ALCEBÍADES VALENTE, 282 – FAROL, MACEIÓ/AL, CEP.: 57051050

Contato: (82) 3142-8000; clcc@creci-al.gov.br

CNPJ.: 12.475.711/0001-00

Id.	Ocorrência	Pontuação
	pagamento mensal, inclusive relatórios e comprovantes exigidos.	
2	Deixar de apresentar, quando solicitado pela Fiscalização, documentos comprobatórios das cotações realizadas ou das opções ofertadas ao CRECI/AL.	1
3	Deixar de prestar assessoria quanto à definição de melhor roteiro, horário, frequência, conexões ou tarifas promocionais, quando solicitado.	1
4	Deixar de disponibilizar acesso à ferramenta online de autoagendamento, por meio de login e senha, para os usuários autorizados do CRECI/AL.	1
5	Deixar de efetivar reserva de passagem aérea ou rodoviária nos prazos estabelecidos no Termo de Referência, após o recebimento da solicitação.	2
6	Deixar de emitir bilhete, quando solicitado por meio da ferramenta online, atendimento telefônico ou e-mail, após aprovação da cotação pela Contratante.	2
7	Deixar de prestar atendimento ininterrupto à Contratante, por meio de ao menos um canal de atendimento na modalidade 24x7.	2
8	Deixar de providenciar tempestivamente reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso ou outras atividades correlatas relativas às passagens e serviços associados.	2
9	Deixar de providenciar o reembolso dos créditos decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados, ou de remarcações com saldo credor, no prazo máximo estabelecido no Termo de Referência.	2
10	Deixar de solicitar ou processar o reembolso integral nos casos em que o passageiro não concorde com reacomodação oferecida pela transportadora, quando cabível.	2
11	Disponibilizar profissionais não qualificados ou não treinados para atendimento das solicitações do CRECI/AL, com prejuízo à agilidade ou à clareza das informações.	2
12	Não comunicar cancelamentos, alterações ou indisponibilidades de voos, trechos rodoviários ou serviços acessórios, quando tais informações impactarem solicitação já autorizada pela Contratante.	2
13	Não manter preposto responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes para tratar com o CRECI/AL sobre assuntos relacionados à execução do contrato.	2
14	Não reservar ou não indicar a passagem de menor valor disponível entre as opções adequadas, conforme as condições praticadas pelas companhias transportadoras e as necessidades da Administração.	3

Id.	Ocorrência	Pontuação
15	Deixar de providenciar, quando solicitado, a emissão de apólice ou voucher de seguro de assistência em viagem internacional, no prazo contratualmente previsto.	3
16	Realizar cotações, reservas, emissões, alterações, cancelamentos ou reembolsos fora das condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência.	3
17	Suspender ou interromper, total ou parcialmente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	3
18	Deixar de providenciar a emissão de assento especial quando solicitado e previamente aprovado pela Contratante.	3
19	Não iniciar atendimento remoto dentro do prazo operacional compatível com a urgência da demanda ou com o SLA pactuado pela execução contratual.	2
20	Não disponibilizar relatórios ou logs gerenciais solicitados pelo CRECI/AL para monitoramento do uso da ferramenta online.	2
21	Falha na identificação ou autenticação dos usuários autorizados do CRECI/AL, permitindo acesso indevido aos serviços ou às informações.	3
22	Falha na atualização, parametrização ou manutenção das regras operacionais da ferramenta online, inclusive fluxos de aprovação, perfis e funcionalidades contratadas.	3
23	Não registrar corretamente alterações de bilhetes, remarcações, cancelamentos ou reembolsos na ferramenta online ou nos documentos de controle.	3
24	Falha na emissão de bilhetes internacionais dentro das regras aplicáveis e regulamentos das companhias transportadoras.	3
25	Não verificar ou aplicar corretamente franquias de bagagem, serviços acessórios ou condições contratadas e aprovadas pela Administração.	2
26	Não fornecer orientação adequada sobre melhores opções de itinerário, inclusive voos diretos, menor tempo de conexão, tarifas promocionais ou alternativas equivalentes.	1
27	Emitir bilhetes com informações incorretas de passageiro, data, horário, origem, destino, trecho, localizador ou dados correlatos.	3
28	Não fornecer as informações sobre cobertura, restrições, carências, exclusões ou condições essenciais do seguro antes da emissão, quando solicitado.	2
29	Não comunicar a impossibilidade de emissão de seguro, passagem, reserva ou serviço acessório no prazo contratualmente exigido.	3

Id.	Ocorrência	Pontuação
30	Não manter registros de auditoria sobre utilização da ferramenta online, quando solicitados pela Fiscalização.	2
31	Não informar corretamente valores de tarifas, taxas, seguros, multas, créditos, descontos ou demais elementos da composição do faturamento em documentos e relatórios exigidos pela Administração.	3
32	Não cumprir as disposições sobre proteção de dados pessoais, sigilo ou segurança das informações relacionadas à execução contratual.	3
33	Falta de transparência nas alterações realizadas após a emissão, inclusive quanto a taxas adicionais, diferenças tarifárias, multas ou mudanças não previamente comunicadas.	3
34	Não fornecer relatório parcial solicitado pela Fiscalização no prazo de até 72 (setenta e duas) horas.	2
35	Outras ocorrências relacionadas ao descumprimento de exigências do Termo de Referência e obrigações contratuais, relatadas pela Fiscalização e não previstas expressamente nesta lista, classificadas conforme o nível de criticidade: baixa = 1 ponto; intermediária = 2 pontos; alta = 3 pontos.	1, 2 ou 3

1.8. A faixa de ajuste no pagamento será definida pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências produzidas no mês de referência para pagamento, conforme tabela abaixo.

TABELA – AJUSTE NO PAGAMENTO

Pontuação	Ajuste no Pagamento
01 a 05 pontos	Desconto de 2% sobre o valor total a ser pago no mês de referência
06 a 10 pontos	Desconto de 4% sobre o valor total a ser pago no mês de referência
11 a 15 pontos	Desconto de 6% sobre o valor total a ser pago no mês de referência
16 a 20 pontos	Desconto de 8% sobre o valor total a ser pago no mês de referência
Acima de 20 pontos	Desconto de 10% sobre o valor total a ser pago no mês de referência, sem prejuízo da avaliação de cabimento de penalidade administrativa

1.9. Terminado o mês da prestação dos serviços, após o recebimento do relatório mensal, a Fiscalização autorizará a emissão da Nota Fiscal/Fatura para pagamento, informando a existência de eventual ajuste no pagamento por meio da apresentação à Contratada do Relatório de Ocorrências, conforme modelo exemplificativo abaixo.



RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS

EMPRESA CONTRATADA:

MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: __/

Descrição	Pontuação
Ocorrência relacionada à execução contratual, julgada procedente. Data:// ____ Breve descrição: _____ _____ _____ Data da notificação (quando cabível):// _____	
Ocorrência relacionada à execução contratual, julgada procedente. Data:// ____ Breve descrição: _____ _____ _____ Data da notificação (quando cabível):// _____	
TOTAL DE PONTOS NO MÊS EM REFERÊNCIA:	

Assinatura do Fiscal do Contrato

Data://_____



ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E COMPROMISSO QUANTO À APRESENTAÇÃO DE FATURAS DAS COMPANHIAS DE TRANSPORTE

Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Processo Administrativo nº 30056309/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, para fins de participação no certame promovido pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Alagoas – CRECI/AL, declara, sob as penas da lei, que:

- I. Tem plena ciência das obrigações previstas nos itens 8.14.2 e 8.14.5 do Termo de Referência.
- II. Reconhece que deverá apresentar mensalmente relatório dos serviços prestados, na forma e no conteúdo estabelecidos no item 8.14.2 do Termo de Referência, como instrumento de acompanhamento, fiscalização e validação da execução contratual.
- III. Reconhece, ainda, a obrigação de apresentar mensalmente cópia das faturas emitidas pelas Companhias de Transporte referentes aos serviços prestados ao CRECI/AL, conforme disposto no item 8.14.5 do Termo de Referência.
- IV. Declara estar ciente de que as obrigações acima subsistem independentemente do modelo operacional adotado, inclusive nos casos em que atue por intermédio de consolidadoras ou de terceiros integrantes da cadeia de fornecimento, sem prejuízo da responsabilidade direta da futura contratada perante o CRECI/AL. Essa adaptação é compatível com a sistemática do TR, que admite declarações e comprovações em nome da própria contratada ou da consolidadora, desde que comprovado o vínculo pertinente.
- V. Declara estar ciente de que o descumprimento das obrigações poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no edital, no Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

Local e data: _____

Nome do representante legal: _____

Cargo: _____

Assinatura: _____



ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA

Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Processo Administrativo nº 30056309/2026

Ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Alagoas – CRECI/AL

Razão Social e CNPJ:

Banco (código): _____ Agência: _____ Conta corrente: _____

RESPONSÁVEL PELOS CONTATOS COM O CRECI/AL

Nome/cargo:

Telefone Fixo:

Telefone celular / whatsapp:

E-mail:

Outros (skype, teams, etc):

**RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO / ATA / ACEITE DO INSTRUMENTO
CONTRATUAL**

Nome/cargo:

RG:

CPF:

Validade da Proposta: (mínimo de 60 dias, contados da data de sua emissão)

Objeto: (descrição sucinta)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. 12 MESES	Valor Unitário	Valor Total do Item
1	Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens: Aquisição de passagens rodoviárias e aéreas nacionais,	SERVIÇO/UNIDADE	75		

RUA ALCEBÍADES VALENTE, 282 – FAROL, MACEIÓ/AL, CEP.: 57051050

Contato: (82) 3142-8000; clcc@creci-al.gov.br

CNPJ.: 12.475.711/0001-00

	além de emissão, alteração e cancelamento				
2	Contratação de Passagem Aérea Junto a Companhia Credenciada: Repasse de voos nacionais	PASSAGEM/UNIDADE	67	R\$ 1.879,21	R\$ 125.907,07
3	Contratação de Passagem Aérea Junto a Companhia Credenciada: Repasse de voos internacionais	PASSAGEM/UNIDADE	8	R\$ 4.897,40	R\$ 39.179,20
4	Corretagem - Seguro: Repasse do seguro viagem	SERVIÇO/UNIDADE	8	R\$ 423,41	R\$ 3.387,28
5	Contratação de Passagem Rodoviárias Interestaduais e Estaduais Junto a Companhia Credenciada: Repasse de passagens rodoviárias	PASSAGEM/UNIDADE	16	R\$ 90,50	R\$ 1.454,40
6	Agenciamento: Assento Especial - Voos Internacionais	UNIDADE	1	R\$ 33.592,58	R\$ 33.592,58
7	Agenciamento: Assento Especial - Voos nacionais	UNIDADE	7	R\$ 6.842,69	R\$ 47.898,83

(*) Os itens 2 a 7, por se tratar de valores de repasses, não deverão ser objeto de formulação de preços e lances, devendo ser informadas as exatas quantidades e valores estabelecidos no Termo de Referência.

Valor total da proposta: R\$ _____

Local e Data

Nome Completo e Assinatura do Representante Legal

RUA ALCEBÍADES VALENTE, 282 – FAROL, MACEIÓ/AL, CEP.: 57051050

Contato: (82) 3142-8000; clcc@creci-al.gov.br

CNPJ.: 12.475.711/0001-00

ANEXO VI – TERMO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° INDICAR/2026
Pregão Eletrônico nº INDICAR/2026 – Processo Administrativo nº INDICAR/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE
IMÓVEIS DE ALAGOAS – CRECI/AL - E
_____ PARA A PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS.

CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE ALAGOAS –CRECI/AL, Autarquia Federal criada por disposições da Lei nº 6.530/78 e regulamentada por meio do Decreto nº 81.871/78, neste ato representado por seu Presidente SÉRGIO CABRAL, com mandato até 31/12/2027;

CONTRATADO: _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob nº _____, estabelecida na _____, neste ato representado por seu representante legal _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

As Partes têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no Processo Administrativo Nº INDICAR/2026, decorrente do Pregão Eletrônico XXXX/2026, em observância ao disposto no art. 6, inciso XII, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1.** O presente termo tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços de agenciamento de viagens compreendendo a cotação, reserva, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, alteração, reembolso e entrega de passagens rodoviárias e aéreas nacionais e, eventualmente, internacionais, bem como emissão de seguro de assistência em viagem internacional e assentos especiais, além de fornecer ferramenta online de autoagendamento (self booking e self ticket) e serviços de atendimento telefônico e por e-mail, para atender as necessidades do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Alagoas – CRECI/AL, conforme especificações contidas no Termo de Referência constante no Processo Administrativo nº INDICAR/2026 e vinculado a este instrumento.
- 1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente da transcrição:
- 1.2.1.** O Termo de Referência;
 - 1.2.2.** O Edital da Licitação;
 - 1.2.3.** A Proposta do Contratado;
 - 1.2.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

- 2.1.** O regime de contratação da presente avença é o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE ENTREGA E DE VIGÊNCIA

- 3.1.** O prazo de início da execução dos serviços é de até 10 (dez) dias corridos contados da data da assinatura do termo de contrato. O prazo inicialmente concedido poderá ser prorrogado por mais

10(dez) dias, desde que o pedido seja realizado durante o transcurso dos 10 (dez) dias e as justificativas apresentadas pela contratada sejam aceitas pelo CRECI/AL.

3.2. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo, conforme interesse das partes, ser prorrogado por períodos sucessivos, conforme permissão no ordenamento jurídico, e mediante aditivo contratual a ser firmado.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da Rubrica Orçamentária: **[INDICAR]**

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. Os serviços deverão ser fornecidos conforme especificações técnicas do objeto descritas no Termo de Referência constante do Processo Administrativo nº **[INDICAR]**/2026, que faz parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição, e que guarde total consonância com a Proposta Comercial, que também é parte integrante desse contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

6.1. As partes deste instrumento contratual ficam responsáveis e obrigadas a observarem as seguintes condições, além das previstas no Termo de Referência e Edital do Pregão Eletrônico:

§ 1º - São obrigações do **CONTRATANTE**, além das constantes do Termo de Referência:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;
- f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato e no Termo de Referência;
- g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste contrato;
- h) Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como:
 - a. Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - b. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
 - c. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
 - d. Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - e. Demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
 - f. Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
- i) Cientificar o órgão de representação judicial do CRECI/AL para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

- j) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - a. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- k) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- l) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- m) Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/2021.
- n) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 2º - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- d) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
 - i. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - ii. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - iii. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - iv. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - v. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- e) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

- f) Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- g) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- h) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na contratação direta;
- i) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- j) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- k) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- l) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;
- m) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- n) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- o) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- p) Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- q) Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- r) Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- s) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- t) Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- u) Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- v) Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
 - a. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- w) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

- x) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- y) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato; 9.1.26. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- z) Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- aa) Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- bb) Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- cc) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- dd) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- ee) A CONTRATADA deverá criar um código de agência ou consolidadora exclusivo, denominado “Agência [EMPRESA] PE CRECI/AL”, junto a cada companhia aérea, sendo que todas as passagens aéreas deverão ser emitidas exclusivamente a partir deste código. A companhia aérea deverá informar o número de controle gerado para esse código à Fiscalização e ao Gestor do Contrato.
 - a. Em hipótese alguma as passagens aéreas oriundas deste Pregão Eletrônico poderão ser adquiridas com outro código para fins de controle. Tampouco será permitido que passagens de outros clientes sejam adquiridas utilizando o código exclusivo do PE CRECI/AL.
 - b. O CRECI/AL não reconhecerá como devidas passagens emitidas em outros códigos ou passagens que não forem comprovadas pela Fiscalização/Gestão de Contrato do CRECI/AL, por meio dos logins e senhas fornecidos pela CONTRATADA.
- ff) A CONTRATADA deverá garantir o fornecimento de senha de acesso ao código de agência/consolidadora mencionado no item ee, para possibilitar a verificação dos valores das passagens aéreas diretamente nos sites das companhias aéreas.
- gg) A CONTRATADA deverá garantir o fornecimento de um ou mais canais de comunicação com as companhias aéreas, permitindo ao CONTRATANTE a verificação de valores de passagens no estilo “reacomodação”, diretamente com a companhia aérea.
- hh) A CONTRATADA deverá capacitar, no mínimo, 5 (cinco) servidores do CRECI/AL para a utilização do sistema “online” de administração e controle de viagens.
 - a. Caso o CRECI/AL já tenha conhecimento adequado na operacionalização do sistema informatizado de gestão de viagens a ser disponibilizado pela CONTRATADA, poderá dispensar a capacitação dos servidores mencionados.
- ii) As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das Partes declara que

manterá observância até o final da vigência deste contrato ao Código de Ética e Política Anticorrupção da contratante, cujas regras se obriga a cumprir fielmente.

a. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos códigos de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

i. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente; e

ii. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

b. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar:

i. instauração do Procedimento de Apuração de Responsabilidade Administrativa – PAR, nos termos do Decreto 11.129/2022 e Instrução Normativa CGU nº 12/2019, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

ii. Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos do artigo 18 e 19 da Lei 12.846/2013.

§ 3º - Fica compactuada e devidamente registrada a total inexistência de vínculo trabalhista entre a parte contratante, incluindo as obrigações previdenciárias e os encargos sociais, não havendo entre **CONTRATADO** e **CONTRATANTE** qualquer tipo de relação de subordinação. **O CONTRATADO** e o **CONTRATANTE** são os únicos responsáveis pela remuneração e tributos decorrentes de vínculo empregatício ou contratual com seus respectivos empregados e colaboradores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....).

7.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECEBIMENTOS, DA LIQUIDAÇÃO, DA FORMA E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

8.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA NONA – REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

9.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

RUA ALCEBÍADES VALENTE, 282 – FAROL, MACEIÓ/AL, CEP.: 57051050

Contato: (82) 3142-8000; clcc@creci-al.gov.br

CNPJ.: 12.475.711/0001-00

10.1. As Partes se comprometem a garantir a todas as informações para a execução e cumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do presente contrato, o tratamento e proteção contra a divulgação a terceiros, e desde logo se obrigam a:

- a) Manter no mais absoluto sigilo todas as informações recebidas da parte contrária, garantindo, inclusive, o cumprimento das legislações vigentes, tal como, mas não se limitando, à Lei nº. 13.709/2018;
- b) Limitar a divulgação de quaisquer das informações recebidas estritamente a colaboradores, ou a prestadores de serviço a qualquer título, que no desenvolvimento de suas atividades tenham a real necessidade de conhecê-las;
- c) Instruir devidamente as pessoas responsáveis quanto ao tratamento das informações que tiver acesso, conforme seu nível de confidencialidade;
- d) Utilizar quaisquer informações exclusivamente para a finalidade para a qual lhe foram transmitidas.
- e) Adequar os tratamentos dos dados pessoais à uma base legal própria, conforme exigência da Lei nº. 13.709/2018;

10.2. As Partes comprometem-se, ainda, a seguir regras de privacidade, proteção de dados, confidencialidade ou requisitos de segurança de informações, em conformidade com as melhores práticas e a legislação aplicável, com o objetivo de garantir a confidencialidade e o uso adequado dos Dados Pessoais e a sua não divulgação.

10.3. Se o titular dos dados, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), ou terceiro solicitarem informações para uma parte relativas ao tratamento de Dados Pessoais, esta deverá submeter o pedido para conhecimento e eventuais providências da outra parte, não podendo, sem instruções prévias transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar o acesso aos Dados Pessoais ou a quaisquer outras informações a qualquer terceiro.

10.4. Na hipótese de uma violação de Dados Pessoais tratados em razão do contrato, a parte deverá informar a outra, por escrito, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas a contar do momento em que tomou ciência da violação. As informações a serem disponibilizadas pela CONTRATADA incluirão: (i) descrição da natureza da violação dos Dados Pessoais, incluindo as categorias e o número aproximado de titulares de dados implicados, bem como as categorias e o número aproximado de registros de dados implicados; (ii) descrição das prováveis consequências ou das consequências já concretizadas da violação dos Dados Pessoais; e (iii) descrição das medidas adotadas ou propostas para reparar a violação dos Dados Pessoais e mitigar os possíveis efeitos adversos.

10.5. A CONTRATANTE poderá realizar processo de auditoria junto ao CONTRATADO, a fim de assegurar o atendimento das obrigações previstas no Contrato e na legislação aplicável, mas sempre em observância ao sigilo comercial e empresarial.

10.6. Sendo uma parte considerada responsável pela violação da lei, esta indenizará a outra parte, respondendo pelos danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo, mas não se limitando, aos honorários advocatícios, multas e penalidades, ou custos relativos a demandas que surgirem em razão do não cumprimento das obrigações, estabelecidas no contexto do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização da execução do objeto do contrato será exercida por servidor nomeado pelo Contratante, nos termos do art. 104 da Lei nº 14.133/21.

11.2. Ao CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os itens fornecidos em desacordo com o estabelecido no Termo de Referência/Proposta Comercial;

11.3. A fiscalização exercida pelo fiscal do CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do CONTRATADO pela completa e perfeita execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS VEDAÇÕES

13.1. É vedado ao CONTRATADO:

13.1.1. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. Este Contrato poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE, independente de notificação ou interpelação judicial, atendido o disposto na Lei nº. 14.133/2021, considerando-se especialmente as seguintes hipóteses:

14.1.1. O não-cumprimento, ou o cumprimento irregular, de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

14.1.2. O atraso injustificado na entrega do objeto e/ou serviço;

14.1.3. A paralisação da execução, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;

14.1.4. O não-atendimento das determinações regulares do empregado do CONTRATANTE designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;

14.1.5. A ocorrência de caso fortuito e força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados no processo administrativo correspondente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada

necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA MATRIZ DE RISCO

16.1. Conforme as especificações do ETP.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS GARANTIAS

17.1. Conforme disposto no Termo de Referência constante do Processo Administrativo nº **INDICAR**/2026, que faz parte deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133/2021 e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. As partes elegem de comum acordo, a Justiça Federal, no Foro da cidade de Maceió/AL, Seção Judiciária de Alagoas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para a solução dos conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual, nos termos do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Maceió/AL, ____/____/____.

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE ALAGOAS – CRECI/AL

Sergio Cabral do Nascimento
Presidente
CONTRATANTE

NOME DA EMPRESA

Nome do Representante Legal
Cargo
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: